



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS
E INTEGRAÇÃO**

**DEPENDÊNCIA E DOLARIZAÇÃO:
ANÁLISE PRELIMINAR A PARTIR DO CASO ARGENTINO**

KAREN GISSELL VANESSA ROTELA

Foz do
Iguaçu 2018

**DEPENDÊNCIA E DOLARIZAÇÃO:
ANÁLISE PRELIMINAR A PARTIR DO CASO ARGENTINO**

KAREN GISSELL VANESSA ROTELA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Corrêa Prado

Foz do
Iguaçu 2018

KAREN GISSELL VANESSA ROTELA

**DEPENDÊNCIA E DOLARIZAÇÃO:
ANÁLISE PRELIMINAR A PARTIR DO CASO ARGENTINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Corrêa Prado
UNILA

Prof. Dra. Marina Machado de Magalhaês Gouvêa
(UFRJ)

Prof. Dr. Felix Pablo Friggeri
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 17 de dezembro de 2018.

Dedico este trabalho a Marina Machado Gouvêa por ter me ensinado por meio do trabalho, do estudo e da solidariedade continuada a desenvolver ao máximo a sensibilidade humana e a Fernando Damásio por ser exemplo vivo e espelho onde me vejo no melhor dessa sensibilidade humana..

AGRADECIMENTO (S)

Sempre acreditei que mais importante do que concluir uma meta ou alcançar o objetivo é o quanto o processo que te leva a fazê-lo serve para nutrir sua alma. Tenho certeza que uma das chaves para cumprir nossos sonhos é o simples fato de saber que contamos com pessoas de luz que torcem por nossas vitórias e nos incentivam a crescer nos apoiando em cada passo que nos leva mais perto da meta. Uma das palavras que resume este ciclo da minha vida é (eterna) *gratidão*.

Primeiramente agradecer à base da minha vida, Amitiel. O ser mais compreensivo deste universo. Espero honrar todas as boas coisas que essa experiência nos brindou, e que todos os momentos juntos (na sala de aula, esperando o buzão ou o crachá no credenciamento do PTI, em casa quando não dava para fazer nada porque a mamãe tinha que estudar) sejam lembranças que deixem marcas de amor e superação para você e estimulem sua vontade de aprender sempre um pouco mais. Ao Manuel, por ter me apresentado a UNILA e essa bonita oportunidade de crescer, pelo apoio em absolutamente todos os momentos do curso, por ser o incondicional auxílio no processo inteiro e por ser paz no meu caos. A minha mãe Gladys, a pessoa mais fiel e com mais garra que conheço, de quem eu herdei minha coragem e persistência na busca dos meus ideais, e quem sempre me ensinou a ser resiliente e humanitária. Também aos meus irmãos, Matias e Roberto, pela ajuda e pelo constante impulso a me aventurar nos caminhos do crescimento. Enfim, a minha família pelo amor incondicional.

Sinto uma enorme gratidão pela Universidade Federal da Integração Latinoamericana, pela oportunidade de fazer parte dela, por ter me brindado as ferramentas para a construção de uma visão crítica, humanística e solidária, comprometida com a nossa identidade latinoamericana e além disso por ter me permitido conhecer pessoas maravilhosas nestes quatro anos, pessoas de luta, que admiro profundamente. Agradeço a todo o corpo docente, tanto de Relações Internacionais como de outros cursos que tive grande honra de conhecer e que, na sua maioria, compartilhem a linda visão integradora que propõe este projeto; em primeira instância aos integrantes da banca que dispuseram do seu tempo e colaboração para/com a formalização e fechamento de este ciclo. Para a Marina teria que dedicar uma página inteira de agradecimentos, acho que de tudo o que a querida unila me deu o melhor foi conhecê-la. Sou sua fã (haha), ouvir numa sala de aula essa mulher é uma festa no coração. Agradeço e a admiro profundamente

e considero que é a melhor inspiração do que quero ser na vida, no mundo. Ao queridíssimo Félix Pablo, meu primeiro professor da UNILA e (por constituir a banca) o último, melhor pessoa <3 sua simpleza e entusiasmo por *Nossa América* sempre serão luzes que nortearam minha contribuição profissional na construção de uma sociedade mais justa. Tereza Spyer, Roberta Traspadini, Danielle Araújo, Fábio Borges, Karen Honório, Luciano Severo, Tatiana Carvalhal, e, com certeza uma pessoa que não posso deixar de mencionar: Maíra Bichir. E finalmente a Fernando Correa, quem sem duvidar e com maior carinho e paciência se dispôs a orientar meu tcc, grata pelos conselhos, críticas, recomendações, oportunidades e pelo frutífero aprendizado deste processo.

Tenho também uma imensa gratidão por ter conhecido camaradas como Mayco, Bea, Ana, Igor, Jeffer, Lucio, Ingrid, Pabli, Jecke, Jero.. Fabinho e Markson, os eternos debatedores dos melhores intervalos. Renan carioca que, estando a horas do prazo de entrega, se dedicou a me ajudar nas correções do meu português porque minha teimosia não me deixou fazer do modo fácil este último trabalho do curso. Tantos, é só gratidão gente, mais sem sobra de dúvidas o importante, ao que devo a metade do meu diploma e muita vida de compartilharmos momentos, pessoa tão mágica e especial que sem perceber, sem mesmo tentar, me ensinou tudo de mais vital importância da vida; Fernando Damásio.

Sem mais, totalmente agradecida a todos os que de certa forma colaboraram para que tudo conclua da melhor maneira. Como diria Gustavo Cerati, GRACIAS TOTALES!

“A hegemonia em todas suas manifestações, explícitas ou implícitas, em momentos anteriores e no atual, qualquer que seja a sua elevada justificação, é baseada na política de poder e na mentalidade de dominação despótico facilitado por uma política internacional e por uma ordem económica desiguais” (SHOU-GUANG e XIAN, 2003).

ROTELA, Karen Gissell Vanessa. **DEPENDÊNCIA E DOLARIZAÇÃO: ANÁLISE PRELIMINAR A PARTIR DO CASO ARGENTINO**. 2018. 59 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

A imposição da hegemonia norte-americana demonstrada pelo seu papel como potência, num primeiro momento, no pós Segunda Guerra Mundial com a disputa do domínio global num contexto bipolar, e, principalmente no segundo momento, no pós Guerra Fria quando consolida sua hegemonia frente ao mundo, deixa em evidencia o grau de importância que tem o papel da moeda como padrão monetário internacional e sua influência como uma essencial ferramenta na consolidação dos interesses por intermédio das relações internacionais. Os processos de dolarização transitados nos anos 90 no continente latino-americano não são meramente simples fenômenos monetários, mas sim resultantes de uma série de escolhas políticas conduzidas por determinados interesses e alianças hegemônicas dentro e fora dos países – dimensões políticas e sociais – e a sua aplicação responde a processos avassaladores próprios da mundialização do capitalismo. Neste sentido, o presente estudo apresenta uma investigação teórica bibliográfica acerca da mundialização do capitalismo, sobretudo de os efeitos nos países dependentes, principalmente os latino-americanos e, logo após, uma investigação empírica específica sobre a formação socioeconômica Argentina. Assim, busca compreender as condicionantes estruturais dos processos de dolarização nos países latino-americanos, em especial na economia Argentina, considerando suas especificidades, seu papel na divisão internacional do trabalho e as determinações do sistema mundial capitalista.

Palavras-chave: Dolarização; Argentina; Hegemonia; Crise Cambial; Dependência.

ROTELA, Karen Gissell Vanessa. **DEPENDENCIA Y DOLARIZACIÓN: ANÁLISIS PRELIMINAR A PARTIR DEL CASO ARGENTINO**. 2018. 59 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino- Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMEN

La imposición de la hegemonía norteamericana demostrada por su papel como potencia, en un primer momento en el pos Segunda Guerra Mundial con la disputa del dominio global en un contexto bipolar, y principalmente en un segundo momento en el pos Guerra Fría cuando consolida su hegemonía frente al mundo, deja en evidencia el grado de importancia que tiene el papel de la moneda como padrón monetario internacional y su influencia como una esencial herramienta en la consolidación de sus intereses por medio de las relaciones internacionales. Los procesos de dolarización transitados en los años '90 en el continente latinoamericano no son meramente simples fenómenos monetarios, sino que son resultantes de una serie de elecciones políticas conducidas por determinados intereses y alianzas hegemónicas ubicadas dentro y fuera de los países – dimensiones políticas y sociales – y su aplicación responde a procesos avasalladores propios de la mundialización del capitalismo. De esta manera, el presente estudio presenta una investigación teórica bibliográfica acerca de la mundialización del capitalismo, sobre todo sus efectos en los países dependientes, principalmente los países latinoamericanos y luego una investigación empírica específica sobre la formación socioeconómica Argentina. Así se busca comprender los condicionantes estructurales de los procesos de dolarización en los países latinoamericanos, en especial en la economía argentina, considerando sus especificidades; su papel en la división internacional del trabajo y dentro del sistema mundial capitalista.

Palabras claves: Dolarización; Argentina; Hegemonía; Crisis Cambial; Dependencia.

ROTELA, Karen Gissell Vanessa. **DEPENDENCY AND DOLLARIZATION: INITIAL ANALISYS FROM THE ARGENTINIAN**. 2018. 59 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

ABSTRACT

The imposition of American hegemony demonstrated by its role as a power, at first, in post Second World War with the dispute of global dominance in a bipolar context, and especially in second moment, in post Cold War when it consolidated its hegemony at the world, highlight the importance of the role of money as an international monetary standard and its influence as an essential tool in the consolidation of interests through international relations. The dollarization processes lived in the 1990s in Latin American continent are not merely monetary phenomena, but rather the result of a series of political elections conducted by certain hegemonic interests and alliances within and outside the countries - political and social dimensions - and their application responds to overwhelming processes typical of the globalization of capitalism. In this way, this study presents a theoretical bibliography investigation about the globalization of capitalism, mainly, the effects in the dependent countries, principally the Latin American ones and, soon after, a specific empirical investigation on the socioeconomic formation of Argentina. Thus, it seeks to understand the structural conditions of dollarization processes in Latin American countries, especially in the Argentine economy, considering their specificities; its role in the international division of labor and within the capitalist world system.

Key words: Dollarization. Argentina. Hegemony. Foreign exchange crisis. Dependency.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ALBA | Aliança Bolivariana para os povos |
| ALPRO | Aliança para o Progresso |
| BCRA | Banco Central Argentino |
| CADTM | Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo |
| CELAC | Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos |
| CEPAL | Comissão Econômica para América Latina e Caribe |
| DIT | Divisão Internacional do Trabalho |
| EUA | Estados Unidos de América |
| FED | Federal Reserve |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GATT | <i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> |
| IED | Investimento Externo Direto |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| OEA | |
| OMC | Organização dos Estados Americanos |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| SUCRE | Sistema Unitário de Compensação de Pagamentos |
| TLC | Tratado Livre Comercio |
| UNASUL | União de Nações Sul-Americanas |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO..... | 8 |
| RESUMEN..... | 9 |
| ABSTRACT | 10 |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 11 |
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 ASPECTOS TEÓRICOS DO SISTEMA CAPITALISTA..... | 15 |
| 2.1 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO..... | 15 |
| 2.2 CENTRO E PERIFERIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS..... | 17 |
| 2.3 TEÓRIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS..... | 20 |
| 2.4 OUTRAS ABORDAGENS SOBRE CENTRO E PERIFÉRIA | 22 |
| 2.5 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA | 22 |
| 2.6 BREVE HISTÓRICO DA TEÓRIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA..... | 23 |
| 2.7 RELAÇÃO IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA | 25 |
| 3 POR QUE FALAR DE DOLARIZAÇÃO? | 29 |
| 3.1 O PAPEL DA MOEDA NA DOMINAÇÃO | 29 |
| 3.2 MUDANÇA NO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO..... | 35 |
| 3.3 TENDÊNCIA À DOLARIZAÇÃO DAS ECONOMIAS LATINOAMERICANAS..... | 38 |
| 4 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CRISE ARGENTINA..... | 43 |
| 4.1 LEI DE CONVERTIBILIDADE | 44 |
| 4.2 CRONOLOGIA EXIGUA DA CRISE..... | 46 |
| 4.3 INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO MEIO PARA CONSEGUIR AUTONOMIA..... | 47 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 51 |
| REFERÊNCIAS..... | 53 |

1 INTRODUÇÃO

No dia 8 de maio de 2018, as manchetes de jornais da Argentina publicaram a mesma notícia, a qual já vinha tornando-se eco nos espaços políticos, embora não tivesse ainda sido confirmada oficialmente pelo governo. Foi publicada no site “ámbito.com”, na sessão de *Política*, a seguinte notícia: “Argentina volta a financiar-se com o FMI: Macri anunciou o início das negociações para um empréstimo”¹. Além desta, poderíamos enumerar outras tantas fontes que anunciaram a mesma informação, como publicou o portal “Nueva Ciudad”: “Diante a escalada do dólar, mais endividamento: Macri anunciou a volta da Argentina ao FMI”. O presidente argentino afirmou que começariam as negociações com Christine Lagarde – diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional – solicitando ajuda de maneira “preventiva” para a sua gestão, a qual se caracterizou, nos primeiros anos, por ter uma política econômica “gradualista”, que, segundo ele, seria o único meio de superar a “pesada herança”² e a estagnação, afim de evitar uma grande crise econômica. Mauricio Macri começou o discurso mencionando:

Durante os dois primeiros anos temos contado com um contexto mundial muito favorável; porém, isso hoje está mudando. As condições mundiais estão cada dia mais complexas e por vários fatores: estão subindo as taxas de juros e o petróleo, as moedas dos países emergentes foram desvalorizadas. Todas variáveis que nós não conseguimos controlar (NUEVA CIUDAD, 2018, [s. p.]).

De forma breve e concisa, o presidente anunciava, via cadeia nacional, que começaria na Argentina um novo período de ajustes no orçamento financeiro para 2019 e um recorte no seu gabinete de governo, eliminando mais de dez ministérios públicos, e, ainda, que faria a redução do déficit fiscal para neutralizar os efeitos do aumento do dólar e da desvalorização da moeda nacional, o peso argentino. Percebe-se que esse novo acordo econômico da Argentina com o FMI representa um retrocesso para o país já que o auxílio financeiro que proporciona a entidade não é desinteressado e acarreta inúmeras medidas neoliberais que afetam a autonomia nacional. É de conhecimento público que esse tipo de acordo inclui demissões de funcionários, cortes nos gastos sociais, o aumento de taxas, entre outras medidas, o que, conseqüentemente, aumenta a desigualdade e agrava a condição de dependência dos países que se submetem aos empréstimos.

¹ Todas as traduções são de responsabilidade da graduanda.

² Cambiemos – partido do atual presidente argentino – atribuiu as causas da crise argentina aos governos de Nestor Kirchner e, com mais ênfase, ao de Cristina Kirchner, alegando que o país estaria atravessando ditas dificuldades como consequência das erradas decisões políticas tomadas nesses governos e a corrupção praticada neles, declarando assim que seu governo teria que acarretar com uma “pesada herança” dos governos Kirchner.

Verifica-se que esse vínculo entre a entidade internacional e o país teve historicamente seus altos e baixos. Em 1956, o então presidente, Pedro Eugenio Aramburu, iniciou a relação por meio da solicitação de assistência financeira. E essa relação se perpetuou e aprofundou com as subsequentes presidências, fato que fez a dívida externa do país se multiplicar. Somente no marco da última ditadura militar (1976-1983), a dívida passou de 7 bilhões em 1976 para 42 bilhões para 1982. O Fundo Monetário Internacional se tornou conselheiro dos governos seguintes, de modo que as decisões do país viam-se forçadas a procurar a aprovação da organização. Um exemplo disso foi o plano de convertibilidade de 1991 – ideado pelo governo de Carlos Saul Menem e seu então ministro de economia, Domingo Cavallo – plano este cuja consequência foi ancorar o peso ao dólar, procurando conter a hiperinflação, o qual, além de estar acompanhado por um agressivo plano de privatização, limitou a atuação do Estado. No entanto, após o default e a crise de 2001, a Argentina conseguiu, com Nestor Kirchner liderando o processo, cancelar a dívida com o FMI de uma só vez, evitando o pagamento de milhões de dólares em juros da dívida e proibiu a entidade de supervisionar as contas nacionais. Somente quando Mauricio Macri tomou a presidência que as relações se retomaram tendo este triste desenlace.

Em razão do atual contexto argentino, nota-se como outro fator relevante, a manchete do multimeio de comunicação latino-americano TeleSUR, publicada no dia 14 de setembro de 2018: “O assessor de Donald Trump sugere dolarizar a economia Argentina”. Para ele: “A única maneira de sair do dilema da Argentina é estabelecer um conselho monetário, com peso ligado ao dólar. Não há criação de dinheiro a menos que você tenha uma reserva em dólares” (TELESUR, 2018, [s. p.]). Além disso, afirmou que “[...] isso permitiu reduzir a inflação e manter a prosperidade nos anos noventa e é isso que eles precisam fazer agora” (TELESUR, 2018, [s. p.]).

Depois das declarações de Lawrence Kudlow – diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca – abertamente favoráveis à dolarização do país latino-americano, tornou-se necessário e sumamente atual o estudo de referido processo. O presente trabalho não procura dar conta da realidade atual do país, mas parte da compreensão da relevância do estudo do fenômeno da dolarização para a compreensão da conjuntura atual, que deve ser entendido como um processo histórico que se configura no marco do desenvolvimento capitalista dependente, refletindo interesses internos e externos ao país.

No primeiro capítulo, são abordadas as características do sistema mundial capitalista, com base no aporte teórico consultado referente ao desenvolvimento desigual dos países do centro em detrimento dos países da periferia, abordando conceitos como hegemonia, imperialismo e dependência. Analisa-se as teorias do desenvolvimento e seus

pressupostos, a relação centro-periferia e como se dá este debate dentro do campo das relações internacionais. Colocando ênfase na teoria crítica das relações internacionais como ferramenta para a análise da hegemonia norteamericana. Depois trata de expor as várias abordagens das relações desiguais e o desenvolvimento capitalista na América Latina e aborda a teoria marxista da dependência, seus expoentes e conceitos, e a relação imperialismo e dependência, crucial para nosso estudo do caso argentino, a modo de dar base teórica ao capítulo seguinte.

O segundo capítulo do trabalho apresenta o papel da moeda na dominação, como esta esfera é indispensável na construção da hegemonia norteamericana e que efeitos traz para a economia local nos países subdesenvolvidos. Outro fator a levar em consideração no presente estudo se reflete a mudança no padrão de reprodução do capitalismo, que junto ao padrão monetário internacional, representariam dois elementos indissociáveis da tendência à dolarização das economias latinoamericanas. Por último, apresenta uma perspectiva histórica da crise argentina, demonstra elementos específicos da formação socioeconômica do país e do seu contexto regional, a modo de explicar a integração regional como meio para conseguir autonomia no sistema internacional.

Por fim, são feitas as considerações finais acerca do tema, ressaltando que este trabalho foi uma primeira aproximação a uma análise das economias latino-americanas considerando as relações desiguais e combinadas do capitalismo mundial, colocando um foco no caso da Argentina, a partir do fenômeno da dolarização. Os processos que se deram no marco do sistema interestatal acabam repercutindo de maneira aguda na política e na economia dos países latino-americanos e, portanto, na Argentina, e levaram a dolarização das suas economias em algum grau. Sendo assim, a modo de resolver o problema de inflação provocada, entre tantos outros fatores, pela crise da dívida nos países latino-americanos, alguns governos fizeram um sistema de conversibilidade ou ao menos de âncora cambial, devido ao grau de relação entre a produção interna e as exportações, o que acaba acentuando a dolarização, porque o dólar passa a ser utilizado formalmente como unidade de conta.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DO SISTEMA CAPITALISTA

Nas teorias das relações internacionais como um todo, existe certo consenso sobre a anarquia do sistema mundial capitalista. Ao mesmo tempo, este caracteriza-se por ser um sistema interestatal hierárquico, estruturalmente desigual, no qual se observa a conformação de centros e periferias. Os países ditos do centro seriam aqueles com alto grau de industrialização, que lideram o processo de acumulação de capital em escala mundial e nos quais, supõe-se, a acumulação seria conciliada com a prosperidade geral, como o acesso a serviços sociais, liberdade política etc. As sociedades periféricas sofrem, junto aos efeitos do capitalismo em geral, também os efeitos locais dos rumos da acumulação nos centros e são, por esse motivo, *dependentes*.

A consideração de um Sistema Mundial (capitalista) constitui uma unidade heterogênea desde várias perspectivas [...] opera com centros de acumulação de valor frente a amplos territórios que sofrem desacumulação. É como resultado dessa heterogeneidade intrínseca ao SMC que são gestadas diversas modalidades de desenvolvimento capitalista, ou seja, se nos referirmos às regiões ou nações que tem as capacidades de atrair valor, ou bem aquelas que não conseguem reter valor. A eles referem-se, por exemplo, às noções de economias imperialistas e economias dependentes. Todas são capitalistas, somente que operam e se reproduzem de maneiras diferentes (OSORIO, 2005. p 37).

No decorrer deste capítulo procuraremos incorrer neste debate e nas principais contribuições de autores de diferentes correntes do pensamento que formularam aportes teóricos referentes ao desenvolvimento desigual dos Estados e as particularidades desse desenvolvimento, além de adicionar conceitos fundamentais para a esta análise, por exemplo, hegemonia, imperialismo e dependência.

2.1 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

A economia mundial capitalista é caracterizada por assimetrias básicas que persistem ao longo do tempo. Contudo, no *mainstream* do pensamento econômico, diversos pensadores têm argumentado sobre a concepção da existência de relações econômicas mundiais entre pares, como se estivessem em um “campo de jogo nivelado” e não existissem diferenças entre os centros industriais e as periferias, diferenças que se apresentam como firmes “obstáculos” ao desenvolvimento e o crescimento econômico das regiões *subdesenvolvidas* (OCAMPO, 2001).

A crise do colonialismo, na virada do século XIX para o XX, escancarou a realidade

da desigualdade sistêmica. Mas, contraditoriamente – e para velar essa realidade –, naquele período nasceram determinadas ideias sobre a modernidade em que esta que passou a ser entendida como processo natural que todas as sociedades, mais cedo ou mais tarde, iriam vivenciar, como se se tratasse de um estágio de desenvolvimento cultural, político e econômico, um fenômeno universal e inerente a todas as civilizações. Foi seguindo essa linha de raciocínio que, um pouco depois, no pós Segunda Guerra, surgiram as auto-tituladas “teorias do desenvolvimento”, que se pretendiam globais e com validade geral. Nessas teorias, criadas no mundo estadunidense e eurocêntrico e expandidas para todo o Ocidente, havia como conceito de desenvolvimento “[...] a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna” (SANTOS, 2000, p. 16), o que consistia na busca máxima pela produtividade, geração de poupança e criação de investimentos que levassem à acumulação de riqueza permanente.

Neste sentido, Theotônio dos Santos (2000) faz uma constatação acerca dessas construções teóricas que traz grande contribuição para entendermos a problemática em que essas teorias se inserem. Ele explica que as teorias do desenvolvimento buscaram localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente dessa sociedade. Contudo:

Por mais que essas construções teóricas pretendessem ser construções neutras, em termos de valores, e alardeassem haver superado qualquer filosofia da história que buscasse estabelecer um fim para humanidade, era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmara nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sociopolítica a conquistar (SANTOS, 2000 p. 11).

É importante demarcar que o debate sobre desenvolvimento, tal como atualmente é entendido em geral e no sentido comum, foi pautado por Harry Truman – Presidente norte-americano entre 1944 e 1953 – como parte da geopolítica estadunidense do pós-Segunda Guerra. Foi ele quem promoveu ao vocabulário coletivo o termo “subdesenvolvimento” no seu discurso de 1949³, como forma de propor o horizonte do desenvolvimento, em contraste com o horizonte socialista. Em síntese, a economia do desenvolvimento consistia na naturalização do processo de industrialização, passando pelo processo de transição à modernização. E esse processo, teoricamente, em sua versão mais difundida mundo afora, teria de alcançar cada país, passando por, pelo menos, “cinco etapas”⁴ até chegar à

³ Disponível em: <http://hispanushistoria.blogspot.com/2014/08/primer-discurso-inaugural-de-harry-s.html>

⁴ A saber; primeiro passo, ser uma sociedade tradicional; segundo obter as pré-condições para o que se denomina despegue; terceiro, o despegue da economia, o que seria a expansão do mercado; quarto, alcançar o consumo de massas; e quinto atingir o bem-estar social. Essas metas foram às propostas difundidas nos

chamada “ascensão social”.

Com base no que foi apresentado, torna-se possível iniciar uma crítica ao subdesenvolvimento. O conceito de subdesenvolvimento, como defende Milton Santos (2003), foi criado, definido e condenado de inúmeras formas pelos mesmos “grandes” elaboradores que precisavam justificar a continuidade do processo de exploração econômica e fazer com que os homens dos países mais pobres acreditassem que realmente eram subdesenvolvidos. E, acrescenta o autor, “[...] assim, esses mesmos homens “[...] esqueceram, por algum tempo, que pertenciam a um mundo explorado, convencidos de que estavam realmente num mundo subdesenvolvido” (SANTOS, 2003, p. 15).

O subdesenvolvimento transforma a pobreza, que é um problema social e qualitativo, em um problema quantitativo, reduzindo-a a dados numéricos dentro de uma escala contínua de “desenvolvimento”. Para Santos (2003), a ciência econômica se colocou a serviço do planejamento econômico, criando índices que provassem a distância entre esses países, vendendo-lhes uma ideologia de sociedade de consumo, persuadindo Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado de desenvolvimento. Nesse sentido, entende-se que não é um exagero afirmar que o planejamento econômico tem funcionado como um instrumento para manter e agravar o atraso dos países pobres, bem como aumentar as disparidades sociais.

2.2 CENTRO E PERIFERIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

É importante observar que, quanto às teorias das Relações Internacionais, sobretudo o eixo hegemônico da área relativo ao *mainstream*, há três correntes ligadas ao marxismo que se destacam: a corrente que se desdobra da controvérsia do imperialismo, tendo seu principal expoente Lênin; a análise do sistema-mundo promovida por Wallerstein; e as teorias da dependência, passando pela CEPAL e tendo uma série de contribuições específicas (PECEQUILO, 2004).

Historicamente, dentro da área das relações internacionais, o marxismo ganhou espaço no século XX, no momento em que a economia consolidava um sistema internacional, apresentando uma mudança radical em relação aos enfoques tradicionais.

escritos “O processo de crescimento econômico”, (1952) “Etapas do desenvolvimento econômico. Um manifesto não comunista”, (1960) do estadunidense Walt Whitman Rostow ao pensar no desenvolvimento das áreas subdesenvolvidas.

Adicionou-se um instrumento de explicação e interpretação crítica da realidade doméstica e internacional. Mais além, propunha-se a sua transformação da realidade a partir da análise de suas características e suas contradições. Para a teoria marxista, a forma como os seres humanos produzem e reprodução suas vidas é o “motor da história”, ou seja, a história da sociedade pode ser explicada em função do modo de reprodução e de como as classes sociais se relacionam. Em outras palavras, os Estados, ou mesmo as relações internacionais, são parte intrínseca do modelo dominante de produção e de relacionamento social. E, ao mesmo tempo, norteará a maneira como o Estado defenderá os interesses dos grupos dominantes. Assim, a política externa será é também uma expressão – não linear e sempre a partir de múltiplas de determinações – dos interesses dos grupos dominantes desse Estado.

Segundo Claudio Katz (2016b), Marx, na sua trajetória analítica sobre a periferia, sentou as bases para explicar como o capitalismo gera subdesenvolvimento. Para Katz, Marx não formulou uma teoria sobre o colonialismo ou sobre a relação centro-periferia, mas contribuiu enormemente para a construção do pensamento sobre a polarização global e a recreação do atraso, além de inspirar importantes teóricos para a compreensão do capitalismo, entre os/as quais Lênin, Luxemburgo e Trotsky.

Ressalta-se que a teoria marxista é enriquecida com as contribuições de Rosa de Luxemburgo e de Lênin⁵ sobre o imperialismo, considerado o estágio final do capitalismo. Lênin argumentava que, internacionalmente, as grandes potências – cuja ação estaria orientada segundo os interesses de sua burguesia – levariam a disputas interburguesas e internacionais. Tais potências, ao buscarem incessantemente o lucro, passariam a competir violentamente entre si, esquecendo-se da sua unidade ideológica, e isso acabaria permitindo gerando crises agudas no sistema capitalista. Com essa disputa, algumas brechas seriam abertas para, então, haver uma transformação do cenário, a partir da consolidação de uma unidade proletária. Para Lênin, o imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo que pretende continuar a partilha do globo entre as grandes potências capitalistas, cujo objetivo é reforçar as desigualdades dos diferentes Estados e gerar, em função das modificações da relação de forças, novas partilhas dos recursos do globo entre os monopólios.

Além dos estudos de Lênin, outra abordagem que merece atenção são as duas

⁵ A tese leninista não ficou restrita ao campo teórico; teve também sua influência prática na Revolução Russa, da qual o autor foi partícipe e uma das principais lideranças. Portanto, Lênin ofereceu um suporte teórico que se constitui em outra forma de interpretar as Relações Internacionais e seu evento mais notório na passagem dos séculos XIX e XX, também transformou o curso desta *a posteriori*, ao participar da construção de um Estado e de uma cosmovisão que disputariam, algumas décadas depois, a hegemonia do globo (PECEQUILO, 2004).

correntes teóricas que carregam alguma influência do paradigma estruturalista da CEPAL: as “Teorias da Dependência” e a “Análise de Sistema Mundo”.

Embora não haja uma só “Teoria da Dependência”, pode-se dizer que essa controvérsia nasce em contraste com o fato de as teorias reconhecidas como típicas de Relações Internacionais estarem todas dentro do eixo Estados Unidos – Inglaterra (a última somente foi incluída pela existência da escola inglesa). Além disso, essa controvérsia, de origem latino-americana, desenvolve-se tanto dentro da luta político-intelectual quanto dentro dos campos da Economia e da Sociologia, abordando temas intrínsecos à disciplina de Relações Internacionais. No entanto, esse mesmo eixo Estados Unidos – Inglaterra e suas respectivas academias têm problemas em reconhecer as Teorias da Dependência como tal (SARFATI, 2005). Mais à frente, retomaremos esta abordagem de forma mais detida, sobretudo em relação à sua vertente marxista, que se pautou pela compreensão do capitalismo em sua especificidade na América Latina com vistas à superação de suas contradições inerentes.

Em 1979, Immanuel Wallerstein apresentou uma visão sistêmica e histórica das Relações Internacionais sobre o que denominou de Sistema-Mundo, no qual o eixo estruturante seria o capitalismo. Portanto, as Relações Internacionais explicam-se, sobretudo, pelas relações econômicas internacionais e pelo papel que cada Estado-nação ocupa no mercado mundial. O autor salienta que o Sistema-Mundo estaria dividido em três tipos de Estados – não somente centro e periferia, mais sim a divisão estaria diferenciada por um terceiro grupo – Estados do Centro, Estados Periféricos e os denominados Semiperiféricos. Para Wallerstein, há dois principais motivos que caracterizam essa divisão. Uma delas seria a geográfica, e a outra, ainda mais funcional, a mesma divisão extensiva do trabalho dentro do sistema mundial que ajudaria a legitimar e magnificar a capacidade de certos grupos de explorarem o trabalho de outros.

Então, segundo Wallerstein (1979), na e divisão do Sistema-Mundo, haveria economias do Centro que seriam as potências, e, na lógica da divisão internacional do trabalho, acabariam recebendo uma parte maior do excedente; as “áreas periféricas” constituiriam o elo mais débil no referido sistema; por último, estariam as semiperiferias, caracterizadas por uma combinação de ambas características anteriores, tratando-se de países também industrializados, mas que produzem produtos sem uso intensivo de tecnologia e mantêm um setor agrário forte, fazendo coexistir ambos os setores econômicos. Nas palavras do autor:

A semiperiferia, entretanto, não é um artifício de pontos de corte estadísticos, tampouco uma categoria residual. A semiperiferia é um elemento estrutural

necessário numa economia-mundo. [...] Estas Áreas intermediárias desviam parcialmente as pressões políticas que os grupos localizados primariamente nas Áreas periféricas poderiam em outro caso dirigir contra os Estados do centro e os grupos que operam no seio e através de seus aparatos de Estado (WALLERSTEIN, 1979, p. 492).

2.3 TEÓRIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O conceito de hegemonia nas relações internacionais é trabalhado por Robert Cox, um dos principais expoentes da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Com base em vários pressupostos retomados de Antonio Gramsci, Cox (1983), alega que para que um Estado possa tornar-se hegemônico tem que fundar e proteger uma ordem mundial que fosse universal nos términos da sua conceição. Uma ordem na qual o Estado hegemônico não explore outros Estados diretamente, no entanto, no qual a maioria desses Estados considere compatível os interesses hegemônicos com os seus interesses. A determinação histórica das hegemonias que se estabeleceram no marco do sistema mundial contemporâneo deveu-se a revoluções sociais e econômicas completas. A revolução não somente modifica as estruturas econômicas e políticas internas do Estado, mas também libera as energias que se expandem para além das fronteiras do Estado.

A hegemonia mundial é, nas suas prioridades, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. É mais intensa e coerente no centro e mais contraditória na periferia. A hegemonia no plano internacional, segundo Cox, não é uma ordem entre Estados, é uma ordem no interior de uma economia mundial, com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a todos os modos de produção subordinados. Trata-se de um complexo de relações sociais internacionais que unifica as classes sociais de diversos países. Sem mais, a hegemonia internacional pode ser definida como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política. Para Robert Cox, a hegemonia mundial se expressa em normas, instituições e mecanismos universais que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuam para além das fronteiras nacionais, regras que apoiam o modo de produção dominante.

É importante demarcar que as organizações internacionais reproduzem a hegemonia mundial. Constituem um instrumento por meio do qual a instauração da hegemonia e a ideologia são desenvolvidas. Cox afirma que é a partir delas que, por um lado, são corporificadas as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas – expansão de forças econômicas sociais dominantes para subordinar com

mínimos desgastes. Atualmente, ditas regras controlam o mundo monetário e as relações comerciais para os fins de conceber uma economia mundial liberal. Por outro lado, através dela são legitimadas ideologicamente as normas da ordem mundial. Além disso, servem como dispositivo para cooptar as elites dos países periféricos e absorver as ideias contra-hegemônicas. Assim, as instituições e regras internacionais se originam desde o Estado que estabelece a hegemonia, como, por exemplo, desde os EUA, este constituindo a estrutura informal da influência, para o FMI e o BM que seriam reflexo dos procedimentos formais da tomada de decisões. Outro exemplo corresponde à OCDE e a recomendação do monetarismo como consenso no pensamento dominante dos países centrais e criando uma política contra a inflação, porém não contra o desemprego. Da mesma maneira, a OIT legitimando as relações sociais de produção do centro e apresentando-as como modelo a ser imitado.

Os elementos desta teoria que facilitaram a análise deste trabalho então residem em que: as instituições internacionais influenciam na definição diretrizes política aos Estados e acabam desempenhando um papel ideológico contribuindo a legitimar determinadas instituições e práticas no plano nacional, refletindo orientações favoráveis a forças sociais e econômicas dominantes. Ocorre uma cooptação dos países periféricos para às instituições internacionais onde a ideologia do trabalho é unida ao transformismo e à revolução passiva. No melhor dos casos, vai favorecer a transferir elementos da modernização capitalista às periferias. Na prática tenta absorver possíveis e potenciais ideias contra-hegemônicas fazendo com que estas se tornem compatíveis com a doutrina hegemônica obtendo uma estabilidade político-econômica no sistema internacional.

Em virtude de que no âmbito internacional há poucas probabilidades de uma guerra de posições, devido ao controle da superestrutura das instituições internacionais, a classe dominante se encarrega de se manter estável evitando assim uma contra hegemonia. Segundo Gramsci, as ordens mundiais baseiam-se nas relações sociais. Portanto, uma mudança estrutural significativa da ordem mundial estaria provavelmente ligada a uma mudança fundamental nas relações sociais e nas ordens políticas nacionais que correspondem as estruturas nacionais das relações sociais. No pensamento gramsciano, isso poderia ocorrer como surgimento de um novo bloque histórico. O autor reflete que o contexto nacional ou mais especificamente numa sociedade nacional é o único lugar no qual vai ser possível a criação do bloque histórico, conseqüentemente a economia mundial e as condições políticas globais. Em síntese, a tarefa de mudar a ordem mundial começa com o árduo e exaustivo esforço de construir novos blocos históricos dentro das fronteiras nacionais (COX, 1983).

2.4 OUTRAS ABORDAGENS SOBRE CENTRO E PERIFÉRIA

No contexto do Pós-Segunda Guerra e no auge do debate centro-periferia, quatro economistas marxistas conferiram grandes aportes com os seus estudos das relações norte-sul no Sistema Mundo: Paul Baran e Paul Sweezy foram os precursores dessa abordagem, enquanto Samir Amin e Ernest Mandel adicionaram pesquisas mais elaboradas no mesmo direcionamento (KATZ, 2016a).

Destaca-se um apanhado breve das ideias centrais dos dois autores, Baran e Sweezy, resumidas em quatro pontos:

- a) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- b) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- c) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- d) A dependência não é só um fenômeno externo mais ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política) (DOS SANTOS, 2000 p. 20).

Katz (2016a) sintetiza o pensamento do economista Samir Amin em cinco principais pontos para entender o seu pensamento. Começa pelo caráter intrínseco da polarização mundial dentro do capitalismo; afinal, para esse autor, o imperialismo serve como mecanismo de consolidação das assimetrias entre o centro e as periferias. Derivado do ponto anterior, Amin alega que, a partir de ditas assimetrias mundiais, houve um implemento na internacionalização de um sistema que universaliza a mobilidade do capital e as mercadorias, mas não do trabalho. Com isso, surge o terceiro ponto, que consiste na existência de maiores taxas de exploração nas periferias. Por um lado, nas regiões atrasadas, concentra-se um maior exército de desempregados; por outro, devido à baixa produtividade e à transferência de valor dessas regiões, os capitalistas pagam menores salários e conseguem maior excedente. Como quarto princípio, Samir Amin demonstra que isso se torna possível pela convergência de formações econômico-sociais diferentes em torno de um mesmo mercado mundial, sendo nesse âmbito que se reproduz a desigualdade global. O eixo cinco, conforme o autor propõe, é a perpetuação dos pontos anteriores e sua relação, o que faz essas diferenças perdurarem (KATZ, 2016a).

2.5 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA

No contexto de surgimento da CEPAL e das lutas político-intelectuais da América Latina nas décadas de 1950, 1960 e 1970, pode-se considerar três vertentes de pensamento para o desenvolvimento capitalista na América Latina: Marxista, Estruturalista

e Interdependista.

A Vertente Marxista, com o viés de que há trocas desiguais entre os países centrais (Produção Científico-Tecnológico) e os países periféricos (Produção Primária), considera que, para superar o Subdesenvolvimento, seria necessário romper as relações com os países centrais. A ideia é ir contra a ideologia de modernização e do progresso disseminado pelas outras vertentes e, a partir desse rompimento com os países centrais, conseqüentemente, haveria o rompimento com o capitalismo.

A Vertente Estruturalista defende que o Subdesenvolvimento estaria atrelado à presença de obstáculos estruturais de diversas ordens – econômico, social, político e cultural. Então, a solução-chave para conter os desequilíbrios nos países periféricos seria a industrialização forte, capaz de manter-se em um ritmo intenso e em condições de eficiência máxima. Nesse contexto, a partir de políticas que frisassem uma industrialização forte, sendo estas políticas de cunho público ou privado, os países periféricos conseguiriam ultrapassar o subdesenvolvimento e se estabelecer como desenvolvidos.

Já a Vertente Interdependista defende que a dependência é algo inerente ao processo capitalista e a interdependência representa a forma de conexão ideal entre as economias desenvolvidas, intermediárias e frágeis. Também indica a livre concorrência entre os capitais como a força dinâmica para superar os entraves internos das economias frágeis, ou seja, busca um desenvolvimento capitalista das periferias integrado e subordinado aos centros imperialistas. Nesse contexto, os países subdesenvolvidos ficaram à mercê de como deveriam se desenvolver, uma vez que as formas que norteariam esse desenvolvimento seriam ditadas pelos países centrais.

2.6 BREVE HISTÓRICO DA TEÓRIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Em meados dos anos 1960, no contexto da Revolução Cubana, por um lado, e do Estado de contra-insurgência de ditaduras implantadas nos principais países latino-americanos, por outro, nasceu dentro da vertente marxista, como fruto de seu tempo histórico, a teoria marxista da dependência, a qual começa a desenvolver-se a partir de ser constatada como uma categoria central para os debates sobre a realidade latino-americana. Em contraste com a leitura da realidade que informava a estratégia democrático-burguesa, hegemônica nos partidos comunistas de então, e levando em conta criticamente os principais elementos elaborados pela CEPAL, começou-se uma análise sobre os diferentes enfoques sobre o desenvolvimento capitalista latino-americano. E, dentro desses pensamentos e teorias, existiram duas vertentes que entravam em debate e enfrentamento político-teórico: a vertente marxista ou revolucionária, cuja questão motora

era a construção do socialismo nas condições específicas da América Latina, e a vertente weberiana ou reformista, cuja questão motora era alcançar o desenvolvimento dentro do capitalismo.

Na Vertente Marxista, destacam-se autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vania Bambirra, mencionados ao longo deste estudo, que constituíram sua base teórica, expondo criticamente o motivo de o desenvolvimento proposto pela CEPAL não ter condições de gerar, nas economias latinas, outro processo de desenvolvimento menos desigual, bem como – e principalmente – apontaram para uma estratégia socialista na América Latina. Já na vertente weberiana e capitalista, autores como Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto argumentavam o porquê da permanência no atraso e da possibilidade, ainda viável, de se lograr um desenvolvimento diferente, moderno, de capitalismo avançado: um desenvolvimento dependente e associado. Ambas, evidentemente, são consideradas vertentes teóricas e políticas distintas no interior do debate acerca da dependência.

Cabe esclarecer que os defensores do marxismo explicam as particularidades históricas da dependência latino-americana e a necessidade de revolução como central de atuação da classe oprimida. Assim, com base no materialismo dialético e histórico – como método explicativo e de ação transformadora – e na teoria do desenvolvimento do imperialismo, explicam o caráter estrutural e permanente do desenvolvimento capitalista desigual, necessário para que esse modo de produção permaneça alcançando seus fins: a apropriação privada da riqueza e da renda produzidas socialmente, com base na superexploração do trabalho, que, por sua vez, está atrelada à transferência de valor da periferia para o centro.

Já os defensores das teses capitalistas do desenvolvimento associado, cujo argumento para a dependência e o atraso tecnológico vividos no continente são resultado da pouca visão criativa do empresariado nacional, defendem que o capitalismo seria o processo único e inalterável, argumentando que o problema do atraso da América Latina e, conseqüentemente, do desenvolvimento desigual no cenário internacional, estaria relacionado à forma conservadora como os empresários nacionais atuavam no mercado, por não inovarem de maneira progressiva, sendo mantido o atraso tecnológico com a perda do comércio internacional.

A Teoria Marxista da Dependência abre, essencialmente, um debate e um enfrentamento direto entre duas correntes de pensamento e de luta política concreta: de um lado, o marxismo na América Latina, evocado pela luta protagonizada pelos trabalhadores do continente a partir de um novo enfoque de desenvolvimento pautado no

fim da propriedade privada, da exploração do trabalho e do Estado capitalista; de outro, os defensores do capitalismo e críticos do marxismo, países mais avançados e menos avançados tecnologicamente, para que ambos pudessem lograr um salto qualitativo em termos de desenvolvimento capitalista mundial. Para Santos (2011, p. 21),

[...] uma delas assume que a situação dos países dependentes é uma consequência de seu atraso ao se integrar ao capitalismo. A outra vê o subdesenvolvimento como consequência de uma situação histórica de submissão econômica e política, fruto do carácter desigual e combinado do capitalismo.

Dado o exposto, este trabalho irá centrar-se nos principais autores da Vertente Marxista da Dependência e nas categorias apresentadas por eles para explicar a dependência não só como uma característica, mas também como determinação da existência do capitalismo nos países latino-americanos, pois a dependência se apresenta como “uma forma de ser” da América Latina.

2.7 RELAÇÃO IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

A modo de focalizar o problema da dependência estrutural que caracteriza a essência das sociedades na América Latina, é conveniente retomar a perspectiva histórica de longa duração que as atravessa. Nessa perspectiva, verifica-se que as nações latino-americanas são histórica e *constitutivamente* dependentes. Percebemos a dependência latino-americana, num primeiro momento, desde a criação das colônias surgidas com a expansão do mercantilismo, passando pelas independências destes – derivadas em decorrência da crise do próprio mercantilismo em face da emergência do capitalismo industrial. Num segundo momento, verifica-se que as independências políticas – que em boa parte foram resultado da ação deliberada da Inglaterra através do estímulo e financiamento das lutas contra os espanhóis e portugueses – estariam sujeitas a fortes compromissos econômicos com a Inglaterra – ou seja, que a independência política não foi seguida de uma independência econômica, comprometendo assim a própria independência política. E por fim, num terceiro momento, com a concretização da primazia estadunidense sobre as nações de América Latina – processo que levou pouco mais de cem anos para se consolidar – desde a anexação do Texas, em 1845, até à deposição de Perón, em 1955⁶. Em síntese, é nesses termos que as estruturas da dependência que caracterizam as sociedades latino-americanas foram instauradas e desenvolveram-se (IANNI, 1974).

⁶ É óbvio que esse processo de “conquista” da América Latina não se desenrolou sem contratempos para os EUA. Exigiu manobras políticas, lutas armadas, compromissos econômicos, refinamentos diplomáticos, sofisticação intelectual, etc. Exigiu tanto o estímulo à adoção de processos políticos eleitorais (de estilo democráticos) como o incentivo ou a preparação de golpes de Estado (IANNI, 1974).

Seguindo o caminho sugerido por Ianni (1974), podemos apontar que as estruturas de dependência interiorizam mais profundamente as contradições externas e que, ao longo de toda a história latino-americana,

[..] boa parte dos grupos sociais que compõem a classe dominante sempre esteve vinculada aos mercados e aos centros de decisão externos. Muitas vezes, a composição e recomposição das suas relações internas, como parte da classe dominante nativa, estão correlacionadas com as flutuações da taxa do dólar; assim como estiveram, no passado, à taxa da libra esterlina. (IANNI, 1974. p.128).

De tal modo, Ianni sugere: encarado dessa maneira, o conceito de dependência estrutural não se apresenta como um substituto do conceito imperialismo, nem se trata de apresentar a problemática da dependência como uma novidade (IANNI, 1974 p.130).

Em seu livro *Imperialismo e dependência*, Theotônio dos Santos (2011) discorre sobre os processos econômicos, políticos e sociais na América Latina e como seu estudo é indissociável de uma leitura sobre o desenvolvimento do capitalismo mundial, mais especificamente, sobre o desenvolvimento capitalista dos países do centro – os responsáveis pela expansão do sistema capitalista no restante do mundo.

Historicamente desde a antiguidade têm existido formações sociais imperialistas e coloniais. Porém, é somente na época moderna que essa relação assume um caráter mundial como consequência da integração lograda pela economia capitalista internacional que, de um lado, produz um mercado mundial integrado de mercadorias, força de trabalho e capitais e, de outro, uma alta concentração da tecnologia, a produção e os capitais em um centro hegemônico e em um conjunto de países dominantes. A questão da dominação imperialista de um lado e da superação da condição da dependência de outro se torna um problema mundial (SANTOS, 2011, p. 20).

É importante considerar que o capitalismo não se desenvolveu da mesma maneira em todos os países. Os países da América Latina e sua inserção na divisão internacional do trabalho constituíram um papel fundamental para o desenvolvimento capitalista das potências.

Ruy Mauro Marini, no seu livro *Dialética da dependência* (1973), destaca que a dependência, como categoria da forma *sui generis* como o capitalismo se desenvolve na América Latina que deve ser entendida como:

Uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em que as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência não pode, portanto, outra coisa que não ser senão mais dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela envolve (MARINI, 1973, p. 18).

Outra vez, ecoando as observações de Marini (1973), aponta-se que a função que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcende o mero requerimento

físico induzido pela acumulação nos países centrais. Além desta, a função que realmente ocupa nosso continente é a de

[...] contribuir para que o eixo de acumulação na economia industrial seja deslocado da produção de plusvalor absoluto para o plusvalor relativo, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 1973 p. 23).

Diante desses pressupostos, observa-se que a industrialização da América Latina se deu em um processo de reconfiguração da divisão internacional do trabalho, onde são transferidas para a região etapas inferiores da produção industrial, sendo substituídas por etapas mais avançadas nos centros imperialistas, reservando-se o monopólio da tecnologia a estes. Essa transferência também acarreta a entrada de capitais estrangeiros diretos nas economias latino-americanas, agudizando a dependência, transferindo valor aos centros. Então, devido a essa troca desigual, gera-se uma desvalorização real da força de trabalho nas regiões dependentes. A mudança repercutida nos países centrais somente será possibilitada por meio do desenvolvimento da produção latino-americana, por conta de uma “maior exploração do trabalhador”⁷ na América Latina.

A industrialização latino-americana não cria, [...] como nas economias clássicas, sua própria demanda, na verdade ela nasce para atender uma demanda preexistente, e se estrutura em função dos requerimentos do mercado procedentes dos países avançados. [...] Começando, então, do modo de circulação que caracteriza à economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, em forma específica, a acumulação do capital baseada em a superexploração do trabalhador (MARINI, 1973. p. 61-62).

Cabe ressaltar que entre as características da industrialização dependente há necessariamente que levar em consideração duas que, num nível global, a tornam nitidamente benéficas para a inserção do capital externo nos setores industriais que geralmente são separados do consumo popular. Por um lado, apresenta-se como desigual, ou seja, que permite a existência de diferentes níveis de desenvolvimento industrial e, por outro, abre espaço para reorientar o capital estrangeiro nos pontos mais dinâmicos já que neles residem as parcelas mais elevadas de mais-valor e, além disso, oferece a oportunidade de exportar não só bens de consumo correntes mais também bens intermédios e de capitais. Portanto, “o processo de acumulação em condições de superexploração, ou seja, o processo de acumulação dependente, agudiza a concentração e centralização do capital (monopolização), beneficiando simultaneamente aqueles ramos industriais que se separam do consumo popular” (MARINI, 1969 p. 39).

⁷ “A Superexploração da força de trabalho se define por uma maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da sua produtividade, e tende a se expressar no fato de que a força de trabalho seja remunerada abaixo de seu valor real” (MARINI, 1973, p. 92-93).

Complementando os argumentos anteriores, resta expor que para Ruy Mauro Marini, a dependência não é apenas fruto de uma relação externa de subordinação a outros países, mas surge igualmente da especificidade das relações internas de exploração. Na sua apreciação, o capitalismo dependente é marcado por três elementos interligados e constantemente reconfigurando-se na sua mutua interação: a transferência de valor para às economias centrais; a superexploração da força de trabalho; e, por último, a agudização das contradições inerentes ao ciclo do capital, uma vez que a lógica determinante da acumulação nas economias dependentes produz, em geral, mercadorias destinadas para a exportação e para as elites. Neste sentido, o autor aponta que “para lutar contra o imperialismo é indispensável entender que não se trata de um fator externo à sociedade nacional latino-americana, mas, pelo contrário, forma o terreno no qual esta sociedade finca suas raízes e constitui um elemento que a permeia em todos seus aspectos” (MARINI, 1969 p. 28).

3 POR QUE FALAR DE DOLARIZAÇÃO?

O fenômeno da dolarização, embora possa ter várias interpretações, é atribuído ao ato de substituir a moeda local por uma moeda estrangeira – neste caso o dólar, por representar o padrão monetário internacional – em alguma das suas funções. Devemos destacar, levando em conta elementos mencionados anteriormente, o caráter indissociável da implementação da hegemonia norte-americana e o papel que representa o dólar como padrão monetário internacional. A hegemonia do dólar e a característica assimétrica do sistema monetário internacional somente constata a desigualdade do próprio sistema interestatal capitalista. Sem ditos elementos seria obstruída a implantação do neoliberalismo e o atual padrão de reprodução do capital na América Latina.

Neste capítulo vão ser abordados os aspectos conceituais da dolarização, para abrir caminho à historização geral dela na América Latina e, particularmente, Argentina. Como meio para chegar a tal fim, tratara-se de apresentar os fatores que incidiram e facilitaram dito processo. Assim, importante para este estudo, se apresentam duas variáveis significativas como, por um lado, o padrão monetário internacional tendo a hegemonia do dólar como expoente e, por outro lado, a reconfiguração do padrão de reprodução do capital e a nova divisão internacional do trabalho.

3.1 O PAPEL DA MOEDA NA DOMINAÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, um novo ciclo de expansão do capitalismo começou a ser projetado a partir da hegemonia estadunidense. Para os grupos que dominavam esse sistema, as regiões pobres do mundo tinham um valor estratégico, tanto econômica quanto politicamente. No seu livro, *O capitalismo dependente latino-americano*, Vânia Bambirra (1974) demonstra que a integração monopólica mundial se consolidou a partir do Pós-Segunda Guerra e que a economia americana conseguiu liderar o bloco capitalista e impor sua hegemonia no contexto descrito a seguir:

A segunda Guerra Mundial impulsou o desenvolvimento das suas forças produtivas, de maneira, talvez, sem precedentes na história do capitalismo mundial, devido à dinâmica provocada pela demanda por produtos bélicos, junto à rápida recuperação e expansão do comércio mundial (seja para fins propriamente militares, seja para os abastecimentos) sem que norte-americana tivesse de sofrer os efeitos da guerra no seu próprio território (BAMBIRRA, 1974, p. 85).

Ao mesmo tempo, em contraste, estava a União Soviética mostrando-se como grande vitoriosa da guerra, tendo o comunismo o horizonte político, o qual ganhava adesão em diferentes regiões do mundo, apresentando-se como real alternativa ao modo de

produção capitalista. E os Estados Unidos perceberam ser necessária uma política que reforçasse os acordos de Bretton Woods⁸. Começou uma época de “convite ao desenvolvimento” – que consistiu-se basicamente em seis principais pontos: possibilidades de ajustes na paridade cambial; alta promoção de IED para os aliados; missões de transferência de tecnologia; portas abertas às importações dos parceiros; ajuda direta, com doações, para a reconstrução e a aceitação do protecionismo como prática – a países aliados nas regiões de maior importância estratégica (ARRIGHI, 1994). Os Estados Unidos não pensavam em se conformar com um mercado nacional, visto que era necessário vender a sua produção, abrir o mercado e expandir o seu território econômico, impor sua sociedade de consumo às massas, até porque o consumo iria ser acessível a todos, como propunha o Plano Marshall⁹.

Após Bretton Woods, contribuiu-se no orçamento institucional para a maior expansão econômica da história do mundo. E, nos 25 anos seguintes, foram produzidos mais bens de consumo que em toda a história. Foi a chamada “época dourada” do capitalismo (do ponto de vista do capital). A renda *per capita* cresceu substancialmente, criando sociedades de consumo de massas. Nota-se, então, como a conferência demarcou as “regras do jogo” aplicáveis nas sociedades capitalistas e como os Estados Unidos iriam impor sua hegemonia, via consenso cultural-normativo ou via coerção por meio de seu poderio militar. Um notável exemplo disso foi a implementação de um “novo padrão monetário internacional”, o “padrão dólar-ouro”, o que significa, em outras palavras, que toda a gestão monetária e financeira mundial estaria sujeita restritivamente às “decisões políticas norte-americanas” (BRAGA; CINTRA, 2007, p. 253-307).

Para que o novo padrão monetário internacional fosse aceito pelo restante da comunidade internacional, os Estados Unidos se comprometeram a cumprir duas condições: a primeira implicava garantir uma taxa de câmbio fixa; a segunda, assegurar a livre convertibilidade, ou seja, quem tivesse dólares teria certeza de que poderia trocá-los quando quisesse por ouro – o que para finais dos anos 1940 não representava problema algum, já que os Estados Unidos detinham em seu poder 2/3 das reservas mundiais de ouro.

No final dos anos 1940, com a inegável hegemonia norte-americana imposta no

⁸ A Conferência de Bretton Woods, ocorrida em julho de 1944, definiu as diretrizes a serem seguidas pela economia mundial. Nela, foram criados o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Acordo Geral sobre tarifas Aduaneiras e Comércio. Essa conferência reuniu 44 países com o intuito de estimular o desenvolvimento capitalista, bem como a reconstrução e estabilidade econômica global.

⁹ No curto tempo em que durou o Plano Marshall, os Estados Unidos enviaram mais recursos ao exterior do que o Banco Mundial e o FMI juntos seriam capazes de enviar. De 1948 até 1952, o plano Marshall destinou mais 12 bilhões de dólares em empréstimos e concessões à Europa e ao Japão. Em contraste o FMI e o Banco Mundial, juntos, gastaram 3 bilhões de dólares (MOFFITT, 1984, p. 26).

contexto mundial, começou uma nova fase, definida por Bamberger (1974, p. 88) como “[...] fase de desenvolvimento e de expansão do capitalismo no nível mundial na forma imperialista que tem se expressado através do processo de integração monopólica”. Segundo Bamberger (1974), a dependência adquiriu um novo caráter; e, nesse processo, a entrada de capitais estrangeiros (sobretudo norte-americanos) invadiu as economias latino-americanas e se colocou diretamente no setor mais dinâmico dela: o setor manufatureiro. Isso gerou, sistematicamente, três efeitos quase que imediatos. Por um lado, houve controle e domínio dos setores industriais; subsequentemente, intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia por meio da instalação de grandes empresas que absorveram as empresas locais existentes, gerando uma desnacionalização da propriedade privada dos meios de produção; finalmente, uma junção dos interesses do grande capital com os interesses das classes dominantes expressadas diretamente nas políticas econômicas – ligação da política externa desses países com a política norte-americana (BAMBERGER, 1974, p. 89-90). Para essa autora:

Tudo isso se viu manifestado através da criação de uma série de facilidades para a penetração do capital estrangeiro; na aplicação, em grande parte dos países, das orientações preconizadas pelos EUA via FMI para ordenar a vida econômica; tentativas de “reformas” pugnadas pela ALPRO, visando à ampliação de mercado para as multinacionais; alinhamento através da OEA à política externa norte-americana para impedir intentos de autodeterminação e de oposição à grande potência, além de facilitar a manipulação e implementação da política imperialista a nível continental (BAMBERGER, 1974, p. 90).

Como mencionado anteriormente, nesse processo ocorreu a transformação das empresas nacionais em filiais das corporações, que passam a operar com base nos mesmos parâmetros monopólicos, com economias mais frágeis, assumindo uma forma mais exploradora. Segundo Santos (1972, p. 28), “[...] a possibilidade de controlar monopolicamente o mercado permite a eles expandirem seus lucros sem terem que recorrer a novos mercados, e isto diminui o impacto desenvolvimentista que as empresas poderiam ter nestas economias”.

Bamberger (1974) expõe, ainda, entre outros pontos, que um dos fundamentos para a entrada de capitais externos diretos tem sua base na forma de funcionamento das empresas imperialistas. Essa autora alerta que:

[...] dos lucros obtidos, uma parte, que em geral é pequena, é reinvestida, outra é remetida ao exterior por meio de lucros que são indiretamente aumentados através do pagamento de *royalties*, pagamentos de serviços técnicos e de depressões cujo resultado é a descapitalização da economia (BAMBERGER, 1974, p. 105).

Esse funcionamento, sem dúvida, é responsável por gerar déficits na balança de pagamentos. E, para suprir esses déficits, os países dependentes necessitam buscar

“ajudas” externas por meio de empréstimos. Os empréstimos, por sua vez, acabam fazendo crescer o serviço da dívida externa, aumentando ainda mais o déficit; ao mesmo tempo, aumenta a necessidade de mais capitais estrangeiros. Em poucas palavras, Bamberger (1974, p. 105) explica que:

O capital estrangeiro torna-se, assim, uma necessidade intrínseca do funcionamento do capitalismo dependente e é, ao mesmo tempo, seu componente descapitalizante e capitalizador. É como o viciado em drogas: as drogas o matam, mas ele precisa que elas continuem vivendo [...].

Seguindo o caminho sugerido por Santos (1972), sobre a internacionalização da economia dependente, as nações caminhariam para uma regionalização; porém, o autor admite que os Estados Unidos conseguiram tirar vantagens muitas vezes desses processos, adaptando-se a eles e aproveitando-se de suas condições de operar em mercados maiores. Para Santos, integrar-se regionalmente somente agudizaria a dependência; afinal, devido ao avanço tecnológico, que conduz uma maior interdependência entre as várias regiões do mundo, acaba sendo irrealizável totalmente – esse autor a julga como positiva –; por outro lado, a forma capitalista dependente como se desenvolvem nossas economias faz com que o crescimento da nossa indústria seja realizado por um processo lento e anárquico, que não permite que nos livremos adequadamente dos insumos do exterior. E o autor acrescenta, “[...] mais grave ainda, é o fato de que continuamos prisioneiros do comércio restringido à *área do dólar*” (SANTOS, 1972, p. 31).

Devido a Guerra Fria, o superávit na balança de pagamentos com que os Estados Unidos contavam transformou-se em crescentes déficits, até tornar-se negativa em 1971. Isto devido à grande ajuda externa, principalmente, aos países Europeus e ao Japão – em busca de uma reconfiguração de uma nova ordem, com o dólar como protagonista, desativando a área da libra – e, também, devido à saída de capitais via investimento externo direto nos anos 50 e 60. Os países latino-americanos, localizados longe do eixo da Guerra Fria, não correram com a mesma sorte que os beneficiários do desenvolvimento a convite. O financiamento externo da região tornou-se muito dependente da chegada de inversões diretas das multinacionais e as empresas norte-americanas e europeias na região, como explicita Vânia. Porém depois da Revolução Cubana, os Estados Unidos começam a colocar na mira ditos países, colocando em prática a *Aliança para o Progresso*, para não correr o risco de que possam virar uma “nova Cuba”. Na Argentina, o freio no processo de industrialização e o baixo desenvolvimento dos bens de capital deveram-se, principalmente, a dois fatores; o primeiro, a falta de capacidade de planejamento por parte do governo, ou seja, a não

utilização de políticas de compra, creditícias, tributárias e de locações de divisas, o segundo, a falta real de divisas dentro do país.

Os ditos países ‘destruídos’ na Segunda Guerra Mundial, no caso Japão e Alemanha, passaram a serem os mais dinâmicos do sistema internacional. O governo estadunidense percebe que os superávits ameaçam a sua economia e a pressão competitiva na fronteira tecnológica resulta o limite das boas relações, principalmente com o Japão. A princípios da década de 1970, os EUA apresentam, pela primeira vez, déficit na sua balança comercial de 2,5 mil milhões de dólares, além disso o crescimento do desemprego e o aumento da inflação norte-americana eram alarmantes, fato que acabou afetando não só aos EUA mais a o conjunto inteiro dos países centrais.

Na década de 70, houve mudanças elementares nos Estados Unidos, com Paul Volcker na frente do FED e Ronald Reagan como presidente; o país tinha como objetivo explícito ganhar a Guerra Fria, alinhar os aliados e retomar a liderança do bloco capitalista. As políticas do governo recém eleito voltaram-se a reduzir gastos sociais e combater os sindicatos. Em linhas gerais, o país atravessava por uma crise estrutural que afetava os mais variados setores. Os monopólios estadunidenses estavam sendo superados pelas empresas japonesas e alemãs, ao mesmo tempo em que, houve um aumento nos preços das matérias primas que para os países centrais representavam um gasto maior – fato que também coincidiu com a melhora na negociação dos trabalhadores, com baixos índices em desemprego no país.

Neste contexto, o aumento das tensões políticas e sociais era evidente. Compondo, por um lado, a pressão que exercia o setor empresarial pelas conquistas dos trabalhadores e a perda da liderança internacional por parte das suas empresas. E por outro lado, a população que se mostrava desconforme com a Guerra do Vietnam e com conflitos de cunho raciais – os quais abatiam a parte mais vulnerável do sistema; a população negra, a qual foi marginalizada e criminalizada sistematicamente em norte-américa.

Para então, a crise era iminente nos EUA, por um lado a diminuição da taxa de crescimento e uma forte aceleração da inflação. Por outro lado, os conflitos sociais e políticos, somados à perda da participação no comércio mundial e a crise do dólar, tudo isso estava levando ao país a uma descrença internacional e à perda gradual da sua hegemonia. Decidem então, abandonar Bretton Woods, colocando fim ao período de longa estabilidade e adotando tipos de câmbio flutuantes.

Segundo Franklin Serrano (2007), o país estava frente ao “*dilema de Nixon*”: o governo americano queria, ao mesmo tempo, desvalorizar o dólar e não comprometer o papel do dólar como moeda internacional. Finalmente, a saída que encontram para esse dilema foi decretar unilateralmente a inconvertibilidade do dólar em ouro em 1971, como preparação para a iniciativa de desvalorização do dólar – que começará em 1973 – impondo um novo padrão monetário internacional; Dólar Flexível, configurando-se como primeiro padrão internacional plenamente fiduciário.

Com a desvalorização da sua moeda, Estados Unidos acaba provocando uma agitação nas economias capitalistas. Para os autores Medeiros e Serrano (2000), “a medida que a taxa de juros americana mantinha-se baixa, respondendo a desvalorização do dólar, se desenvolveu uma onda especulativa de commodities, que culminam com os choques do petróleo¹⁰ levando a uma explosão inflacionária nos países centrais”. Também afirmam que, “especular com commodities seria uma maneira indireta de especulação cambial” (MEDEIROS, SERRANO. 2000 p. 124).

Já a finais de 1979, os Estados Unidos retomam o controle do sistema monetário financeiro internacional, por meio do aumento da taxa de interesse como maneira de estabilizar e revalorizar o dólar, a nível externo, atraindo capitais de outros países e, a nível interno, intensificando o processo de concentração e centralização bancário, gerando inovações financeiras que levariam a dominação dos grandes bancos americanos no mercado internacionais de capitais.

O centro continuou ditando as regras aos países mais vulneráveis do sistema, durante toda a década de 1970 o sistema financeiro mundial se mostrou fortemente integrado as correntes de fundo especulativo penetravam as periferias e nos países emergentes complicavam as gestões monetárias dos governos. Novamente as economias subdesenvolvidas abraçariam os critérios de racionalidade compatíveis com os interesses do centro em detrimento do desenvolvimento próprio dessas áreas. De acordo com Ferrer (2004), após o abandono do keynesianismo e o Estado de bem-estar, estabelecendo o paradigma neoliberal,

“O FMI e o BM continuaram sendo as correias de transmissão do pensamento hegemônico do centro à periferia. Primeiro o GATT e logo a OMC, promoveriam a liberação do intercâmbio, no qual prevalece a vantagem tecnológica dos países avançados, e outras regras como o tratamento da inversão estrangeira e a propriedade intelectual, com os mesmos fins” (FERRER, 2004 p. 5).

¹⁰ Em apenas cinco meses, entre outubro de 1973 e março de 1974, o preço do petróleo aumentou 400%, causando reflexos poderosos nos Estados Unidos e na Europa e desestabilizando a economia por todo o mundo.

Aderindo ao fracassado modelo do Cone-Sul dos anos 70, as maiores economias latino-americanas optam por uma maior abertura comercial e financeira, com a estabilização da taxa nominal de câmbio. Assim, países como Argentina, Brasil e México se tornaram grandes receptores de fluxos internacionais de capital especulativo. Segundo os autores,

Com o fim da estratégia nacional desenvolvimentista e com a sobrevalorização cambial das moedas domésticas – decorrentes do enorme influxo de capitais atraídos pelo amplo diferencial entre juros internos e externos, que estão na base dessas políticas – as exportações estagnaram (MEDEIROS E SERRANO, 2000 p. 146).

Nos anos 80, América Latina perpassa pela crise da dívida externa. Privada de fontes externas de financiamento e com os termos de troca se deteriorando cada vez mais, o continente latino-americano ainda tem que se preocupar pela resseção mundial e o que ela implicava; juros internacionais subindo e a demanda por suas exportações caindo. A resposta que estes países deram a dita problemática foi um controle recessivo das importações e a promoção das exportações via política cambial. Que, ao mesmo tempo, acabou derivando numa estagnação econômica e uma explosão inflacionária, em outras palavras, a contrapartida do impulso exportador foi o baixo crescimento e a alta inflação (MEDEIROS E SERRANO, 2000).

3.2 MUDANÇA NO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO

Retomando elementos do apartado anterior, após a consolidação da hegemonia estadunidense, os países latino-americanos ficaram muito mais propensos a ser uma zona de influência direta das suas políticas. Claro está, que devido à instabilidade político-econômica de ditos países e, ainda mais, o fato de pertencer ao mesmo continente, fizeram automaticamente com que América Latina represente quase que uma extensão do território norte-americano. Nesse sentido, com a implantação unilateral do padrão monetário internacional dólar flexível e a retomada da hegemonia estadunidense, ao invés de fornecer dólares este irá drena-los através de uma mudança no circuito do dólar (SALAMA, 1989). Assim, os países latino-americanos que ficaram severamente afetados pela crise da dívida – dívida que perdura e condiciona os países até os dias atuais – viram-se sujeitos a aplicar as reformas que instituíam a nova arquitetura internacional regida pelos EUA.

A partir de então, ocorre a reconfiguração da divisão internacional do trabalho modificando o papel das economias latino-americanas no padrão de acumulação capitalista, abrindo espaço para o novo padrão de reprodução do capital, denominado por

Osorio (2012) como *padrão exportador de especialização produtiva*, o qual,

Caracteriza-se pelo retorno às produções seletivas, ou seja, bens secundários e/ou primários, uma nova localização de segmentos produtivos, novas organizações da produção, no geral qualificadas como “Toyotismo”, flexibilização laboral e precariedade, economias focadas na exportação, drásticas reduções do mercado interno e segmentação do mesmo, fortes polarizações sociais, incrementos da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência (OSORIO, 2005. p 45).

Cabe mencionar que esta chave de interpretação é pertinente para a compreensão da região e das particularidades do capitalismo dependente, assim como também do atual processo de mundialização. Segundo Osorio, a produção capitalista tem sentido em tanto busca incessante da valorização do capital. Neste sentido, não pode ser assumida somente como um processo de produção, mais bem, como um processo de *reprodução*. Partindo do pressuposto da existência de diferentes níveis de abstração ou unidades de análise, das mais abstratas às mais concretas – onde distinguem-se; modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação econômico-social e conjuntura – a noção de padrão de reprodução do capital se mostra útil para nosso trabalho já que permite estabelecer mediações entre o sistema mundial capitalista e os elementos e categorias mais específicas das formações socio-econômicas. Assim, notamos que a partir dos anos 80 com a crise da dívida, estabeleceu-se um padrão de acumulação do capital para a exportação estimulando a inerente dependência nos nossos países à hegemonia do dólar. Este novo padrão coloca um fim no projeto de industrialização nas economias da América Latina e procura se estabelecer sobre determinados eixos produtivos – como o agrícola, o mineiro ou o industrial. Estes eixos constituem, em geral, “segmentos de grandes redes produtivas globais, sob direção do capital transnacional, ou seja, que não obedecem mais a projetos nacionais desenvolvimentistas, ao contrário, vai ser o capital mundial quem defina qual segmento privilegiar e impulsar nas economias específicas” (OSORIO, 2012. p 113).

Procurando estabelecer o novo padrão, a Argentina, em meados da década de 1970, concomitantemente com as ditaduras militares, começaria um processo de desorganização da estrutura produtiva e o tecido social sem precedentes (FERRER, 2004). Todas as esferas viram-se afetadas pela tormenta neoliberal. No campo das finanças, ao invés da consolidação dos equilíbrios macroeconômicos, de gerar poupança e retê-la no processo interno de acumulação, produzem-se déficits gigantescos no orçamento e na balança de pagamentos. O sistema financeiro argentino integrou-se sem condicionamentos ao internacional e, além disso, multiplicou-se a dívida externa. Olmos (2006) explicita que a dívida externa foi utilizada como ferramenta para que ‘os donos do poder’ possam consumir seus propósitos sem estar limitados por impedimentos legais e, para isso, era

necessário ter uma Argentina quebrada e sem nenhuma influência. Ainda argumenta,

A dívida externa foi em todos os casos um eficaz instrumento do poder globalizado para dominar e controlar os mecanismos de nossa economia. Os prestamos foram excepcionalmente ao sistema produtivo, e quase na sua totalidade a financiar aventuras especulativas e gerar um sistema de dependência inacabável. A través da dívida alienou-se a riqueza, incrementou-se o controle das mais importantes decisões do Estado e, conseqüentemente, empobreceu-se a Nação (OLMOS, 2006 p.43).

Os autores Millet, Munevar e Toussaint (2012), desde o Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM) alegam que a dívida externa dos países do terceiro mundo e, conseqüentemente, dos países latino-americanos, reúne elementos pelos quais configura o que os autores chamaram de *dívida odiosa*. Conforme o relatório *as cifras da dívida* (2012), uma dívida odiosa responde aos seguintes critérios:

- Ausência do consentimento da população do Estado devedor.
- Ausência de benefícios para a população
- Conhecimento por parte dos credores dos elementos assinalados.

Parece-nos pertinente essa classificação por ter, no caso argentino, absoluta consonância com as características apresentadas. Ditos critérios aplicam-se claramente às decisões do governo militar ilegítimo de Jorge Rafael Videla e seu ministro de economia José Alfredo Martínez de Hoz que impôs à população argentina violações dos seus direitos econômicos e sociais elementares.

Enquanto à divisão internacional do trabalho, as exportações argentinas sofreram uma reprimarização e evidenciou-se um aumento diferencial em quanto a conteúdo tecnológico aplicado nas importações e exportações. Assim também, a abertura de mercado atrelada à sobrevalorização simultânea da taxa de câmbio, acabou substituído a produção nacional nos setores de maior conteúdo de valor agregado e tecnologia. Como se tudo isso não bastasse, a instalação de um programa de câmbio como *la tablita*¹¹, num contexto de taxas de câmbio flutuantes, acabou subordinando a oferta monetária e política fiscal ao movimento dos capitais especulativos. Os desfechos desses desequilíbrios viram-se refletidos numa onda inflacionária, numa contração severa da produção e o emprego e, notoriamente, uma dívida externa impagável (FERRER, 2004). Todas medidas que representariam o primeiro experimento profundo do neoliberalismo no país – o qual sentaria as bases para a sua implantação décadas mais adiante via Consenso de Washington com a presidência de Menem.

Portanto, em vista destes fatos, caberia afirmar que o estabelecimento do dólar

¹¹Programa de abertura econômica anunciado, no dia 2 de abril de 1976, pelo ministro de economia da ditadura militar, José Alfredo Martínez de Hoz.

flexível como padrão monetário internacional e a implementação de um novo padrão de reprodução do capital, implicando constantemente a necessidade de atrair dólares para dentro da economia argentina, gerou consequências econômicas e políticas que aprofundariam a dependência dos países latino-americanos.

3.3 TENDÊNCIA À DOLARIZAÇÃO DAS ECONOMIAS LATINOAMERICANAS

A finais da década de 1980, os países latino-americanos foram reinseridos ao sistema internacional de maneira subordinada, obviamente. Localizados como dependentes no sistema produtivo e com uma fragilidade monetária e financeira, começa na maioria dos países um processo de abertura do setor financeiro e um incremento no investimento estrangeiro direto. Para finais dos 90, o panorama do sistema financeiro desses países mostrava o desaparecimento de bancos, mediante processos de liquidação, privatização, fusões e aquisições, sobretudo, por instituições estrangeiras (CINTRA, 2000). Assim, em várias das economias desses países – tanto países como México e Argentina, como países com economias menores como são as de Bolívia e Peru – esta, referida anteriormente, internacionalização dos sistemas financeiros se deu acompanhada de uma tendência de substituição da moeda local pelo dólar nas transações domésticas com o propósito de ter cada vez mais uma aproximação e o aprofundamento na integração entre estes sistemas financeiros.

Dolarización en América Latina. Indicadores seleccionados (2000)

| Países | Curso manual, legal, habitual o tolerado del dólar | Precios en dólares en comercios | Contratos permitidos en dólares | Depósito en dólares en el país (% del total) | Préstamo en dólares en el país (% del total) | Tasa de interés activa/pasiva (depósitos y créditos en dólares) | Deuda interna en moneda nacional (% del PIB) | Depósitos en el exterior (legal/ilegal) con millones de dólares |
|--|--|---------------------------------|---------------------------------|--|--|---|--|---|
| Dolarización de hecho, adopción legal de <i>currency board</i> o alto grado de dolarización «implícita» | | | | | | | | |
| Argentina | Legal, no obligatorio | Sí | Sí, legal y habitual | 61,0 | 67,2 | 7,73/9,12% | 1,66 | Legal/91.500 |
| Bolivia | Legal y habitual | Sí | Sí | 78,2 | 85,3 | 7,8/15,7% | nd | nd |
| Costa Rica | Habitual | Sí | Sí (60%) | 45,0 | 40,5 | 7,25/14,0% | 46,8 | Legal/nd |
| El Salvador | Habitual* | Sí | Sí | 8,7 | 15,1 | 6,34/10,7% | 12,6 | nd |
| Ecuador | Dólar moneda oficial | Sí | Sí | 53,7 | nd | 7,72/20,0% | 24,0 | Ilegal/16.000 |
| Paraguay | Legal y habitual | Sí | Sí | 65,0 | 53,0 | 3,11/11,7% | 27,0 | Legal/nd |
| Perú | Legal y habitual | Sí | Sí, legal y habitual | 73,5 | nd | nd | 7,7 | Legal/nd |
| Uruguay | Habitual | Sí | Sí | 86,8 | 83,8 | 4,5/nd | 19,5 | nd |
| «Dolarización» blanda | | | | | | | | |
| Chile | Legal y habitual | Sí | Sí (raros) | 63,0 | 85,6 | nd | 10,4 | Legal/nd |
| México | Legal y tolerado | Sí | Sí (dólar como referencia) | nd | nd | nd | nd | Legal/50.000 |
| Grado reducido de dolarización | | | | | | | | |
| Venezuela | No | No. Con excepciones | No. Con excepciones | nd | nd | nd | 7,3 | Legal/nd |
| Caso especial | | | | | | | | |
| Colombia | Tolerado | No | No. Con excepciones | 32,9 | nd | nd | 23,0 | Legal/2.200 |

Fonte: CINTRA, Marcos Antonio; CASTRO, Elza Moreira. "Internacionalización del sector financiero y la dolarización de los países latinoamericanos". *Nueva Sociedad* 172. 2001, p. 95.

O processo de dolarização de um país poder ser de vários tipos dependendo do grau em que a moeda é substituída em suas capacidades e funções. As funções que cumpre uma moeda numa determinada sociedade são: a de ser um meio de intercambio socialmente aceitado, ser uma unidade de conta e ser depósito de valor e a condição jurídica de ser a moeda de curso legal – além dessas três funções acrescentamos a de ser o símbolo identitário de um determinado povo e, por último, um instrumento por meio do

qual podem se realizar políticas econômicas.

Fazendo uma diferenciação no que respeita a “dolarização” e a “substituição da moeda”, trabalharemos a ideia de dolarização, quando tratemos de uma economia na qual a moeda forânea utiliza-se como unidade de conta para valorar os ativos, bens e serviços e, além disso, como unidade de valor, inclusive sendo utilizado concomitantemente com a sua moeda local. Geralmente, após largos períodos de este fenômeno, agudizados por uma alta inflação, poderia se optar pelo uso da moeda estrangeira como meio de troca, que pode estar acompanhado também por uma tendência da população ao depósito de valor em dita moeda, fazendo com que este processo lentamente se concrete e aprofunde, o que remite a algum grau de dolarização da economia, dolarização informal da economia no caso concreto da Argentina.

Para falar de uma “dolarização oficial, plena ou completa” da economia não basta somente que sejam transitados os pontos anteriormente nomeados e sim, que o país opte por ela – renunciando a sua autonomia no regime monetário e cambiário – ou seja, requer da decisão política governamental que pode gerar alterações estruturais e institucionais e até, muitas vezes, no plano constitucional (QUESADA, 1999). É importante ressaltar que o país que dolariza a sua economia está cedendo uma parte importante da sua soberania nesse ato, tornando-os ainda mais vulneráveis e dependentes. E ao mesmo tempo, ao tratar-se de uma decisão política, responderá a uma dinâmica derivada dos interesses hegemônicos estadunidenses e à dinâmica do capital a escala internacional – sem esquecer de que essa decisão estará respaldada pelas grandes camadas dominantes do país – atendendo a mundialização do capitalismo (ACOSTA, 2001).

A decisão de dolarizar a economia gera efeitos nos mais distintos âmbitos, não apenas os econômicos, o país que assim o faça precisará verificar e fazer uma análise prévia dos seguintes pontos. Primeiramente, dita economia deverá ‘possibilitar’ as condições básicas para a execução do novo regime monetário, visando uma redução do desequilíbrio fiscal, o peso da dívida pública e maior flexibilidade de preços e salários, operando como alavanca para levar a adiante o processo de privatização e flexibilização laboral, colaborando com a implementação de políticas neoliberais e com uma despolitização da economia (ACOSTA, 2001). Segundo, deve levar em consideração os efeitos das consequências fiscais e monetárias que terá. Outro ponto importante são os efeitos sobre o sistema financeiro, com especial atenção na posição da indústria financeira à luz da carência de mecanismos de apoio aos problemas de liquidez normalmente

encomendadas ao Banco Central. Além disso, o país deve procurar mecanismos substitutos de transmissão de políticas públicas, já que não contará com a possibilidade de emissão monetária nem fixação cambial e as possibilidades que são brindadas por estes instrumentos da política para ter uma margem de reação diante choques externos e internos. Segundo Quesada (1999), o país deverá ancorar com “as consequências sobre sua competitividade e sobre a atribuição dos recursos de renunciar a uma política cambial ativa”, em outras palavras, os países Latinoamericanos não possuem a mesma inovação tecnológica e nem incremento da sua produtividade sistêmica que os Estados Unidos, o que resulta preocupante já que a diferença não é somente em tamanho e peso específico no contexto mundial, se não na sua especialização e na produtividade de seus fatores (ACOSTA, 2001).

Contudo, o país deverá rever as possibilidades de desviar os obstáculos predominantes das operações externas tanto comerciais como financeiras e, por último, deverá definir mecanismos de solução aos eventuais problemas da iliquidez da economia e seus efeitos sobre o adequado funcionamento do seu sistema econômico (QUESADA, 1999, p. 13).

A decisão de dolarizar a economia formalmente é uma decisão unilateral do país que está optando por fazê-lo. Acosta (2000) aponta a diferenciação que reside em optar por ceder uma parte da soberania em prol de uma moeda regional, como caso do Euro, e a de fazê-lo sem obter os benefícios de ser uma área de união monetária. Já que como sabemos, a União Europeia teve um longo processo prévio para poder fazer convergir suas políticas macroeconômicas a partir de estritos critérios de concordância fiscal, garantindo a mobilidade e flexibilidade dos fatores de produção e hoje conformam um grupo sólido que se apresenta ao sistema internacional de maneira concisa e coordenada. Já no caso dos países vinculados unilateralmente ao dólar norte-americano, não restaria mais que ficar à mercê do governo estadunidense, do *Federal Reserve* e suas políticas monetárias sem oportunidades de políticas anticíclicas e de contar com um prestamista em última instância. Não podemos esquecer que ao mesmo tempo também representaria uma perda na capacidade de manobra no âmbito internacional do país que dolariza sua economia, por precisar dos dólares na sua economia interna, e também, por conta das pressões e restrições que a estrutura econômica internacional impõe.

Expostos esses aspectos mais formais do processo de dolarização, gostaríamos de frisar que a dolarização não supõe meramente simples fenômeno monetário.

Entendemos que pelo caráter sistêmico da crise neoliberal não pode ser reduzida só à esfera econômica, mais trata-se de uma escolha política, e tem seus antecedentes no abandono de *Bretton Woods* em 1971. Durante os anos 90, como expostos nos apartados anteriores, o Estado argentino desenvolveu um marco jurídico, político e administrativo propício para a expansão, sem precedentes, da inversão estrangeira direta. A política exterior argentina desse período ponderou um alinhamento e submissão total aos interesses norte-americanos com o intuito de tirar o máximo benefício dessa aliança. Por este motivo, este período presidencial (1989-1999) ficou conhecido como *Relaciones Carnales* entre Argentina e Estados Unidos (VISENTINI, 2010 p. 5).

4 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CRISE ARGENTINA

Carlos Saúl Menem chega à presidência em 1989, é então quando o partido justicialista se depara com quinze anos de retrocesso econômico e o país imerso numa crise inflacionária. No ano 1991 assume como Ministro de Economia do seu governo Domingo Felipe Cavallo, mentor do Plano de Convertibilidade Austral – que no ano seguinte (janeiro de 1992) se renova substituindo o austral (10.000) pelo peso convertível (1). Nesse mesmo ano produzem-se mudanças legais para assegurar e enraizar o modelo neoliberal. Foi modificada a carta orgânica do Banco Central e vigorava a lei de convertibilidade como resultado da reforma monetária. Reforma que se sustentaria em cinco principais pontos: institui a independência do Banco Central respeito os demais poderes do Estado; proíbe a emissão de títulos certificados de colocação compulsiva, assim como remunerar reservas bancárias; proíbe, também, outorgar garantias que cobrirem obrigações das entidades financeiras, inclusive as originadas na captação de depósitos; limita sua capacidade de outorgar redescontos e adiantamentos as entidades financeiras; e restringe, tanto em seus valores quanto em sua modalidade, a possibilidade de financiamento ao governo nacional. Acosta (2000. P. 11) adverte, diante estas afirmações, que “a convertibilidade [...] representa também uma renúncia às políticas cambiais e monetárias, em quanto que o Banco Central, que perde sua capacidade de prestamista em última instancia, assume as funções da caixa de convertibilidade”.

Numa análise realizado por Rolando Astarita¹² denotam-se, segundo o autor, dois ciclos econômicos de acumulação na Argentina dos anos 90. Este autor presume que devido ao fracasso relativo da economia argentina ao se inserir de maneira competitiva na nova divisão internacional do trabalho, as exportações (representando um 9% nos anos 1990) não representam um determinante explicativo para a maneira como se desenvolve o capital a partir da reconfiguração da DIT, embora não se possa para negar que constituem efeitos expansivos pela sua incidência no financiamento externo. Para ele, o *boom do consumo* (1991-1993), significou o impulso inicial da primeira expansão dos 90.

As privatizações, reestruturações da dívida pública, a nova distribuição de ingressos consolidados após as hiperinflações e a confiscação dos depósitos, criaram condições para o avanço de um novo ciclo de acumulação do capital (FELIX, [S/D] s/p). A partir dali o capital pode recuperar sua capacidade de expansão iniciando uma etapa de valorização. A ampliação da separação dos produtores diretos das suas condições de existência foi um dos elementos claves nos primeiros anos do projeto da convertibilidade.

¹² Ver ASTARITA, Rolando. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=781>

Percebe-se então que esse retrocesso na força de trabalho e a confiança que geravam as privatizações demarcavam mudanças importantes a nível internacional resultando na chegada dos investimentos. A convertibilidade jogou um papel fundamental, depositando a confiança para este processo. Os investimentos se faziam nos setores mais produtivos da economia: em termos gerais, entre 1990 e 1994 a produção de bens duráveis cresceu quase um 300% contra um 37% da produção de consumo não durável. Entretanto, a debilidade da acumulação durante o primeiro ciclo se demonstra na conta corrente, incluindo uma balança comercial fortemente negativa. Astarita explica que a melhora da conta corrente, gerada pela contração das importações durante a recessão, unida a corrente de IED que entrava, permitiu regenerar a confiança internacional iniciando o segundo ciclo que, a diferencia do primeiro, é interrompida pela desastada crise do sistema financeiro internacional.

4.1 LEI DE CONVERTIBILIDADE

A Argentina adotou a convertibilidade em abril de 1991. Este regime monetário de caixa de conversão não é uma dolarização plena, porém tem muitos dos princípios teóricos e consequências práticas da mesma. Acosta 2000 expressa:

A convertibilidade, a diferença da dolarização, é um regime cambiário que mantém a moeda nacional, mais como compromisso de trocar em divisas convertíveis a todo momento, num tipo de câmbio fixo; neste esquema há uma relação direta rígida entre o monto da reserva monetária internacional e a base monetária disponível (ACOSTA, 2000 p.10-11).

Isto seria um sistema bimonetário, ou seja, o convívio do peso argentino e o dólar, no qual o Banco Central está obrigado a comprar e vender, sem restrições, os dólares que sejam oferecidos ou demandados a uma taxa de cambio de um (1) peso a um (1) dólar fixada por lei (lei N° 23.928) e congelada. Os autores Calagno e Calagno (2001 p. 126) afirmam que a convertibilidade pautada na Argentina teria também o compromisso da não emissão da base monetária, estipulada com um máximo, de modo de que não supere a proporção das reservas internacionais. Tendo como referência a relação de 1 dólar nas reservas internacionais necessariamente igual a 1 dólar de base monetária.

Frente à situação explosiva de 1991, [...] chegou a convertibilidade e obteve um resultado sem dúvidas de transcendência que foi a estabilização do nível geral de preços. Para sua implantação procurou-se aproveitar as condições existentes em 1991: indexação dos preços sobre o tipo de câmbio, capacidade ociosa, excedentes comerciais e, sobretudo, abundante oferta de capitais externos. Esses elementos permitiram fixar o tipo de câmbio, conter a inflação, remonetizar e reativar a economia e aumentar a arrecadação impositiva (CALAGNO; CALAGNO, 2001 p 126).

No entanto, concretamente a convertibilidade é muito mais do que um instrumento que se utilizou para conter a alta inflação que afetou a Argentina desde a década de 1980, transformando-se em hiperinflação nos anos 1989 e 1990. Cumpriu com o objetivo inicial, porém dada sua permanência fixou-se como eixo do modelo neoliberal, já que não há maneira de financiar os desequilíbrios fiscais mais que com dívida ou privatizações; torna dependente a manutenção da estabilidade de preços à competência de importações baratas, assim como o nível de atividade econômica se estabelece com a função da entrada de capitais. De certa forma, radicaliza o modelo neoliberal; tornou-se a evolução do ajuste do Consenso de Washington na Argentina. Serviu como alavanca para completar as reformas estruturais (privatizações e reforma laboral).

A prova de fogo para o plano de convertibilidade produz-se com o *Efeito Tequila*, conhecida assim a crise mexicana, por conta da desconfiança criada pela desvalorização do peso mexicano, gerou uma enorme saída de capitais e um aumento no desemprego na Argentina. Resultado disso, o déficit fiscal reapareceu no segundo semestre de 1994. A recessão profunda durou um ano e no ano seguinte o crescimento anual foi apenas do 3%. O desemprego escalou níveis altíssimos e, conseqüentemente, as condições gerais do mercado laboral se deterioraram. Como antes mencionado, o BCRA não pode atuar como prestamista em última instância e, por conseguinte, a crise deixou como saldo a desapareção de uns 50 bancos em 1995. Mesmo assim, segundo Astarita, a recessão que seguiu a crise mexicana teve dois amortecedores: por uma parte o setor externo foi favorável, e as exportações foram absorvidas pelo Brasil; por outro lado, de modo conseqüente, durante a recessão as IED continuaram ingressando à economia argentina como estava projetado. Porém, remarcamos, que teve efeitos catastróficos no sistema bancário do país. As repercussões da crise e da corrida cambiaria não tinha suas determinações na ameaça de uma desvalorização. Segundo Calagno e Calagno (2001, p. 132), a corrida cambiaria se deu pautada por temor à iliquidez e insolvência dos bancos e foi evitada por meio do auxílio dos fundos do *Banco Nación* primeiro e do Banco Central depois, “em flagrante violação do espírito da lei de convertibilidade embora utilizando seus resquícios e ambigüidades”, podendo emitir uma quantidade de moedas que resultou ser suficiente, mas se a economia argentina estivesse plenamente dolarizada estes bancos teriam ido a falência de forma direta.

Sintetizando o processo transcorrido na Argentina, podemos argumentar que a década de 1990 teve um lugar fundamental na dinâmica de acumulação do capital e um incremento na superexploração da força de trabalho. Numa economia capitalista,

dependente e periférica como a Argentina, tais processos de redistribuição tendem a colocar estreitos limites nas possibilidades de prolongação do processo de acumulação do capital. Ou seja, as respostas e soluções obtidas dos períodos recessivos não são de nova data. Para Astarita,

A crise mexicana (1995), as asiáticas (1997-1998) e a brasileira (1997-1998) não marcaram um giro para uma acumulação baseada na redistribuição progressiva do ingresso e articulada em torno do Estado-nação. Pelo contrário, todas elas se resolveram aprofundando a forma em que o capital tem estado respondendo à caída da rentabilidade desde os setenta: combinação de extração de plusvalor absoluto (intensificação dos ritmos de trabalho e baixa salarial) com plusvalor relativo (aumento da produtividade baseada nas tecnologias informáticas e a automatização); exacerbação dos mecanismos de mercado e disciplinamento do trabalho por meio da desocupação (em detrimento do controle sindical burocrático o via “Estado de bem-estar”); ondas de fusões de grandes empresas internacionalizadas e pressão sistemática dos capitais financeiros líquidos sobre as políticas económicas, expressando de maneira depurada os interesses do capital “em general” (ASTARITA, [S/D] s/p).

4.2 CRONOLOGIA EXIGUA DA CRISE¹³

No ano 1999, Menem acaba seu mandato, os balanços da era Menem deixam um aumento expressivo de desemprego. Assume então Fernando De La Rúa. No primeiro semestre do seu governo, o novo presidente argentino anuncia novos recortes orçamentários e ajustes impositivos. Além de uma nova reforma trabalhista seguida de protestos sociais. Para finais dos 2000 cresce a dívida externa a 145 bilhões de dólares. O governo anuncia uma blindagem financeira; o então ministro de economia José Luis Machinea renúncia – sua gestão se caracterizou por contínuos ajustes orçamentários que provocaram o aprofundamento da recessão que o país atravessava desde finais de 1998. Na mesma linha e com os mesmos resultados nas suas políticas o novo ministro de economia, Ricardo López Murphy prontamente anuncia um duro plano de ajuste que incluem amplos recortes orçamentários. Automaticamente produzem-se massivas renúncias no governo. A política ‘de austeridade’ anunciada por Murphy consegue um enorme rechaço. Assume Domingo Felipe Cavallo como ministro de economia, propondo o “*Megacanje*”: a operação de troca da dívida pública por um total de 29 bilhões de dólares (com juros do 15% anuais) consistente em postergar vencimentos existentes hasta 2005.

Em 2001 a crise econômica e financeira se acelera ao se produzir uma importante fuga de capitais e saques massivos dos bancos argentinos diante os rumores da desvalorização e saída brusca do regime de convertibilidade. O governo decreta e impõe o chamado “*corralito financiero*”, que introduz fortes restrições ao saque de dinheiro. Os

¹³ Dados coletados do livro *1980-2010 Uma cronologia política de la história argentina reciente*, de Mariano A. Caucino. 2011.

protestos estendem-se pelo país inteiro, especialmente nas grandes cidades onde se produzem *cacerolazos*.

Na sexta-feira 30 de novembro de 2001, se fugam do sistema financeiro 800 milhões de pesos/dólares. Decreta-se a restrição da liberdade dos argentinos de dispor dos seus depósitos à vista, por meio da bancarização da economia que propunha a utilização dos meios de pagamentos eletrônicos ou bancários. Após este decreto, somente se poderiam extrair 250 pesos por semana, uma medida altamente impopular. Se produz uma falência total do sistema bancário, a queda vertical da produção, uma virtual desapareição da moeda e uma desocupação em massa (60% de desemprego e subemprego). A quebra financeira do Estado obrigou aos Estados federais a emitir moedas próprias - quatorze moedas diferentes - e, em alguns casos, emergiu o *trueque* (método de troca de mercancias). A unidade política do Estado operou como o recurso último da supervivência do capital. No dia 20 de dezembro de 2001 o país presencia a renúncia do presidente De La Rúa; imagem icônica da crise, o mandatário argentino sai da casa de governo dentro do helicóptero presidencial. O seguinte período caracterizou-se por conturbadas nomeações e renúncias dos funcionários do governo. Assume a presidência Ramon Puerta. Imediatamente, ele deixa o cargo e assume Adolfo Rodriguez Saá, que permaneceu 60 dias no cargo. Propôs um polêmico plano: emitir uma nova moeda, paralela ao peso, para recuperar o consumo. Seis dias depois renuncia. E assume Eduardo Camaño.

Quando acaba o ano de 2001, o país segue imerso numa profunda recessão econômica que teve início no ano 1998, e que logo se transformou em depressão. Dia 2 de janeiro assume a presidência Duhalde até fins de 2003. Por fim, em janeiro de 2002, se anuncia a derrogação parcial da lei de convertibilidade. O governo tenta provocar uma desvalorização administrada ou atenuada, levando o dólar de 1 peso a 1,40. Porém, a desvalorização alcança o 300% em poucos meses, com a moeda norte-americana chegando aos 4 pesos em junho de 2002. Se aplicam retenções às exportações, esta medida é duramente questionada inicialmente pelo sector agropecuário mais a suba do preço internacional dos commodities a partir de 2002, somado a forte desvalorização da moeda argentina fazem com que este sector seja amplamente beneficiado. Já no dia 24 de novembro de 2002, se declara o fim do *corralito*, no começo do próximo ano (2003) assume Nestor Kirchner.

4.3 INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO MEIO PARA CONSEGUIR AUTONOMIA

Considerando o atual Sistema Internacional e a posição que os países latino-americanos representam dentro dele – ainda numa análise mais precisa, a posição da

Argentina e a influência que ele exerce dentro do mesmo –, devemos realçar as possibilidades de melhoras na atuação e oportunidades em termos de alianças que os países podem chegar a ganhar dentro do âmbito internacional. Assim, a partir deste trabalho, considera-se a *integração* como possível saída comum para a condição periférica. Granato (2014) expõe que para que a integração se apresente como uma alternativa benéfica, “cada Estado da região deve identificar na integração um instrumento de realização do seu interesse nacional”.

Conforme as reflexões sobre regionalização de Lima e Coutinho (2005), a integração regional em síntese representa “uma postura reativa, entregue a necessidade de se tornar mais competitivo, justamente no momento em que é diminuída a capacidade dos Estados de, individualmente, formularem políticas e regularem seus mercados” (LIMA; COUTINHO, 2005 p.3). Em uma análise similar, a integração seria vista como meio para reduzir custos políticos das tomadas de decisões e posicionar-se no mundo de uma maneira mais compacta e fortalecida que se atuassem individualmente (CIMINARI, 2009). E pertinente diferenciar os propósitos que motivam a integração, entre eles se destacam três; a integração (pro) hegemônica (TLC), a contra hegemônica (MERCOSUL) e a anti-sistêmica (ALBA).

Para Aldo Ferrer (2007), a integração é útil como instrumento dos países para impulsionar o seu desenvolvimento nacional e fortalecer a sua posição no cenário global. O processo de integração, segundo o autor, não pode ser de aço, necessariamente deve ser elástico para poder corrigir as assimetrias dos países envolvidos. Acreditamos necessário explicitar que a integração mais recomendada para o continente latino-americano constituiria-se de uma visão política-estratégica, de modo progressivo, que tenha como objetivos imediatos o desenvolvimento econômico-social, a redução da dependência e vulnerabilidades exteriores gerando maior autonomia e projeção através de políticas e estratégias comerciais compensatórias articuladas à política industrial e de inovação tecnológica. Portanto, a integração não deveria reproduzir dentro da região a mesma lógica hierárquica do sistema internacional – divisão regional do trabalho condescende da divisão internacional do trabalho. Naturalmente estes processos podem servir como instrumento legitimador e até ideológico se se quer; também pode trazer mais dependência. Segundo Paradiso (2009), tem dois tipos de integração: a integração integradora e a integração desintegradora. A primeira, caracteriza-se de compor um projeto unificador autonomizante e, por conseguinte a outra, por compor um projeto unificador que aumenta a subordinação que se sustenta na “nivelção do terreno” e trata países desiguais como se fossem iguais,

valendo-se das leis das vantagens comparativas e dos supostos benefícios generalizados da especialização. O desafio então está em edificar um processo de integração que desconstrua as assimetrias de maneira progressista.

A integração latino-americana é uma meta que historicamente os países que fazem parte deste continente se propuseram. O processo de integração da região apresenta uma característica bem específica: ao se dar no contexto de nações dependentes e subdesenvolvidas, visa, de forma mais ou menos consciente, contribuir para aumentar o grau de autonomia e ampliar as condições para a autodeterminação dos povos dos países da região. Neste sentido, é possível conjecturar que, quanto maior é a inserção subordinada da América Latina no contexto da economia mundial, menores suas possibilidades de integração ou, dito de outro modo, maior a desintegração da região; e, ao inverso, os processos de integração da região avançam nos momentos em que sua inserção internacional entra em crise e crescem as condições para um maior grau de autonomia regional (SOUZA, 2012).

Nilson Araújo de Souza (2012) esquematiza os processos de integração latino-americanos e os divide em quatro fases, denominado por ele como “ondas da integração”. Ele percebe as debilidades e carências dos processos e lança luzes para tentar concretizar um projeto que seja benéfico para o continente. Na sua visão, pode-se concluir que a integração latino-americana, para consolidar-se enquanto projeto que contribua para a autodeterminação e a independência econômica da região, terá que enfrentar alguns desafios importantes. O primeiro desafio está relacionado com sua abrangência territorial e na existência de vários projetos de integração sub-regional em andamento na região. O segundo desafio diz respeito à ênfase no que poderia chamar-se de visão “comercialista” que caracteriza os processos de integração que vinham sendo desenvolvidos, tais como o MERCOSUL. O terceiro desafio está relacionado à situação de dependência externa das economias da região. O quarto desafio tem a ver com o papel do Brasil no processo de integração regional. O quinto desafio consiste em o processo de integração deixar de ser um projeto apenas dos governos nacionais para ser um projeto dos Estados nacionais e, mais que isso, dos povos latino-americanos. Por último, mas não menos importante, a integração latino-americana defronta-se com o desafio de resolver adequadamente a questão cultural. O grande desafio consiste em realizar a integração cultural sem submeter uma cultura a outra ou sem borrar a diferença, mas preservando, como elemento criativo, a rica diversidade de culturas que caracteriza os povos latino-americanos (SOUZA, 2012).

Retomando a noção de integração integradora, a qual compreenderia, além de uma integração puramente comercial, as distintas esferas da integração econômica – como mecanismos que contemplem, conjuntamente com o comércio, a esfera produtiva ou industrial, a infraestrutura ou investimentos e a financeira –, podemos nos referir a *integração solidaria* como mais alinhada com estes objetivos. Um avanço que merece ser destacado é a Aliança Bolivariana para os Povos (ALBA) – na mesma perspectiva porém com menor grau de concretização estão a UNASUL e a CELAC –, considerada uma das mais profundas iniciativas na busca de autonomia para a região, a ALBA vem pautando a integração solidaria em vários aspectos, entre eles a integração financeira (ALBACO, 2017). Concretamente, a ALBA no plano internacional representa uma contestação aos pilares básicos contidos arquitetura internacional projetada pelos EUA no pós-guerra e a hegemonia do dólar como padrão monetário internacional. Ainda no marco da ALBA, um mecanismo importantíssimo foi planejado: o SUCRE. Constitui um mecanismo de integração regional com três pilares, uma câmara de compensação, um fundo de reservas e uma moeda virtual que funciona como unidade de conta e meio de pagamento entre os países (BCE, [2010], p. 1-2). O SUCRE representa também, o primeiro avanço da região para barrar a lógica hegemônica do dólar nas relações comerciais internacionais e um passo mais a frente de uma possível alternativa às assimétricas relações da arquitetura internacional, dotando os países de uma leve autonomia monetária da região e favorecendo-as via poupança das divisas estrangeiras, rompendo os laços de dependência ao dólar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi uma primeira aproximação a uma análise das economias latino-americanas considerando as relações desiguais e combinadas do capitalismo mundial, colocando um foco no caso da Argentina, a partir do fenômeno da dolarização. Percebemos, no decorrer dos capítulos, que no transcurso da história várias teorias procuraram compreender as determinações desse desenvolvimento desigual, embora outras – as do pensamento dominante – buscaram analisar a economia mundial como se fosse um processo de transformação social evolutivo, constatado por etapas o qual todos os países, cedo ou tarde, chagariam. Porém, é importante destacar os avanços dos análises sobre desenvolvimento do capitalismo e suas desigualdades a partir do marxismo com os enfoques em torno do imperialismo e a dependência, que nos proporciona chaves teóricas para a compreensão do sistema capitalista como ele é e não como se o idealiza.

Temos visto que a América Latina, dada a condição dependente, tem sofrido inúmeras vezes esses impactos da desigualdade do sistema, que no caso da Argentina ficou muito evidente no processo de dolarização. Levando em consideração que um aspecto importante e fundamental da soberania lhe foi retirada do controle nacional, através do padrão monetário internacional e sua influência hegemônica no âmbito internacional, percebemos que isso esteve desdobrado de uma forma específica na formação econômico social argentina que procuramos revelar a grandes traços.

Concluimos que para compreender Argentina em sua conjuntura recente, é necessário compreender os marcos gerais do processo histórico de dolarização formal e informal – sendo este último o caso da Argentina. Os processos que se deram no marco do sistema interestatal acabam repercutindo de maneira aguda na política e na economia dos países latino-americanos e, portanto, na Argentina, processos entre os quais se destacam a crise do dólar-ouro e do desenvolvimentismo sob a hegemonia dos EUA; as crises do petróleo e as convulsões sociais; e, com certeza, o aumento da taxa básica de juros norte-americana, ao mesmo tempo em que já não vigoravam taxas de câmbio fixas, que tiveram como conclusão a crise das dívidas externas na América Latina (1980-1985, principalmente 1982 e 1983). Neste processo, se constatou um excesso de emissão monetária nos países latino-americanos; resultante desse excesso de emissão monetária, o continente vivenciou problemas de inflação e hiperinflação (concomitante com a assim chamada “financeirização”), tudo isso no bojo da crise do ideário desenvolvimentista, que se aprofunda com a queda do Campo Socialista. A base dos novos direitos de apropriação é

a produção de valor sob novas relações de trabalho, com o neoliberalismo. Dada a hiperinflação, a moeda nacional perde concretamente a capacidade de representar valor, por isso, deixa de ser usada como unidade de conta em algumas operações (em geral as primeiras são financeiras e imobiliárias). Além disso, deixa de ser usada em alguns casos inclusive como meio de pagamento, seja para compra e venda de mercadorias ou para operações bancárias. Isso reflete a dolarização em algum grau e vem junto da hiperinflação. Para resolver a hiperinflação, alguns governos latino-americanos fizeram um sistema de conversibilidade ou ao menos de âncora cambial, devido ao grau de relação entre a produção interna e as exportações, o que acaba acentuando a dolarização, porque o dólar passa a ser utilizado formalmente como unidade de conta.

Temos visto também, depois que dada essa desigualdade do sistema interestatal capitalista, nenhum país em si mesmo poderia romper diretamente os laços dependentes com o sistema. Portanto, notamos que, no caso da América Latina, a questão da integração ou regionalização – não em si mesma, de forma ideológica ou pelas classes dominantes, mas sim dos povos, rompendo os laços do capital – se coloca como uma necessidade histórica para ingressar ao sistema mundial de forma um pouco mais autônoma e tentando, cada vez mais, romper os laços da dependência.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **Dolarización o desdolarización ¿esa no es toda la cuestión!** S/L: Íconos Revista de Ciencias Sociales, no 19. 2004.

_____, Alberto. **El falso dilema de la dolarización.** S/L: Nueva Sociedad, 2001, vol. 172.

_____, Alberto. **La trampa de la dolarización, reflexiones para una discusión latinoamericana.** Exposé pour le séminaire: Régulation du système international: quelle place pour le FMI, 2000.

ABALCO, Mishell G.P. **Ecuador en la búsqueda de autonomía monetaria: El caso del SUCRE.** Foz do Iguaçu: [s.n.]. 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** S/L: Contraponto Editora UNESP, 1994.

ASTARITA, Ronaldo. **Ciclos económicos en la Argentina de los 90.** S/L: Revista Herramienta. S/D. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=781> Acesso em: 28 out. 2018.

BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente Latinoamericano.** México: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

BCE. **Resumen de los elementos técnicos de la configuración del Sistema Unitario de Compensación Regional SUCRE.** Banco Central del Ecuador. Quito [2010].

BRAGA, José; CINTRA, Marcos. **Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano.** In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 111-138.

CALAGNO, Alfredo Eric; CALAGNO, Eric. **Los intentos de dolarización en Argentina.** Nueva Sociedad, 2001, vol. 172.

CAMPIONE, Daniel. **Hegemonía y contra hegemonía en la América Latina de hoy: apuntes sobre una nueva época.** S/L: Revista Herramienta. S/D. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=1367> Acesso em: 28 out. 2018.

CAUCINO, Mariano. **1980-2010: una cronología de la historia argentina reciente.** Buenos Aires: Doble Hache Ediciones. 2011.

CIMINARI, Bárbara. **Brasil como potencia regional y las consecuencias para América Latina: una exploración sobre la realidad.** S/L: Revista de las Relaciones Internacionales y Ciencias Políticas, v. 3, n. 1, p. 128-143. 2009.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **A dinâmica financeira internacional e a tendência à dolarização das economias Latinoamericanas.** Porto Alegre, setembro 2000.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo, CASTRO, Elsa Moreira Marcelino. **A tendência à dolarização dos países Latino-americanos.** São Paulo, Revista Novos Estudos CEBRAP, julho 2001.

COX, Robert W. **Gramsci, uma hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método**. Canada: Revista Millenium, 1983.

FAJNZYLBBER, Fernando. Industrialización en América Latina: **De la “caja negra” al “casillero vacío”**. *Cuadernos de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 60, p. 176, 1990.

FELIX, Mariano. **Dialéctica de la crisis. Argentina 1991-2001**. S/L: Revista Herramienta. S/D. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=330> Acesso em: 28 out. 2018.

FERRER, Aldo. **La economía argentina. Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina. 2004

_____. **El éxito del Mercosur posible**. S/L: Revista de Economía Política, vol. 27, nº 1. 2007.

FRANCO, Liliana. **Argentina vuelve a financiarse con el FMI: Macri anunció el inicio de negociaciones para un préstamo**. ámbito.com Buenos Aires. 8 mayo 2018. Disponível em: <<http://www.ambito.com/920594-argentina-vuelve-a-financiarse-con-el-fmi-macri-anuncio-el-inicio-de-negociaciones-para-un-prestamo>> Acesso em: 24 out. 2018.

GRANATO, Leonardo. **Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul**. Curitiba: APPRIS. 2015.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1974.

KATZ, Claudio. **Centro y periferia en el marxismo de posguerra**. El Ágora, Medellín-Colombia, v. 16, n. 2, p. 359-678, 2016a. Disponível em: <<https://revistas.usb.edu.co/index.php/Agora/article/view/2538/2352>>. Acesso em: 25 out. 2018.

_____. **Marx y la periferia**. Rebelion, Buenos Aires, [s. p.], 28 mar. 2016b. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=210447>>. Acesso em: 25 out. 2018.

LIMA, Maria Regina; COUTINHO, Marcelo. **Globalização, regionalização e América do Sul**. Rio de Janeiro: Observatorio político Sul-Americano. 2005

MARINI, Ruy Mauro [1973]. **Vida e Obra**. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (Org.). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**. México: Biblioteca Era, 1973.

_____. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI editores S.A, 1969

MEDEIROS, Carlos. SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento, In: FIORI, J. L. (ORG.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: ED. Vozes. 2000.

MÉNDEZ, Andrés. **La larga, larga crisis de la economía argentina**. S/L: Revista Herramienta. S/D. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=772> Acesso em: 29 out. 2018.

MILLET, Damien; MUNEVAR, Daniel; TOUSSAINT, Éric. **Las cifras de la deuda**. S/L:

CADTM. 2012.

MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NUEVA CIUDAD. **Ante la escalada del dólar, más endeudamiento: Macri anunció la vuelta de Argentina al FMI**. 8 mayo 2018. Disponível em: <<https://www.nueva-ciudad.com.ar/notas/201805/37251-ante-la-escalada-del-dolar-mas-endeudamiento-macri-anuncio-la-vuelta-de-argentina-al-fmi.html>>. Acesso em: 24 out. 2018.

OCAMPO, José Antonio. Raúl Prebisch y la agenda del desarrollo en los albores del siglo XXI. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 77, p. 25-39, 2001.

OLMOS, Alejandro. **Todo lo que usted quiso saber sobre la deuda externa y se lo ocultaron**. Buenos Aires: Ediciones Continente. 2006.

OSORIO, Jaime. **América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva—estudo de cinco economias da região**. In: FERREIRA, C.; Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 103-133.

_____. **Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización**. Rio de Janeiro: UNESCO. 2005.

_____. **O Estado no centro da mundialização**.

PARADISO, José. **Política e integración**. La Plata: Segundo Encuentro de Pensamiento Político. 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUESADA, Eduardo Mendes. **Dolarización oficial de la economía**. Costa Rica, 1999.

SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (Org.). **Conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: Eduece/LCR, 2003. p. 53-64.

SANTOS, Theotonio dos. **Socialismo o fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

_____. **A teoria da dependência, balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editorial Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Imperialismo y dependencia**. México: Ediciones Era, S.A, 1978.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J.L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 179-222

SOUZA, Nilson Araújo de. **América Latina: as ondas da integração**. Rio de Janeiro: OIKOS. 2012.

TELESUR. **Asesor de Trump sugiere dolarizar la economía en Argentina**. 14 sept.

2018. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/news/eeuu-dolarizar-economia-argentina-20180914-0012.html>>. Acesso em: 24 out. 2018.

TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O Brasil, a América do Sul e a América Latina/Caribe: oportunidades e desafios da integração**. UFRGS, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

